



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA – BACHARELADO

**ROLIM DE MOURA: UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA
AGRÍCOLA AMAZÔNICA.**

DENISE GONZALEZ PEREIRA

FOZ DO IGUAÇU

2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)
GEOGRAFIA – BACHARELADO**

**ROLIM DE MOURA: UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA
AGRÍCOLA AMAZÔNICA.**

DENISE GONZALEZ PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier

FOZ DO IGUAÇU

2017

DENISE GONZALEZ PEREIRA

**ROLIM DE MOURA: UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA
AGRÍCOLA AMAZÔNICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier UNILA

Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa UNILA

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de Dezembro de 2017.

Dedico este trabalho a todos aqueles que empenham-se em tornar a educação pública de qualidade um direito concreto.

AGRADECIMENTO (S)

Eita! É muita gente pra agradecer. Ainda bem.

Em primeiro lugar agradeço a minha família pelos cuidados e vivências. Agradeço em especial a minha mãe por ser batalhadora pelos filhos e por sempre acreditar e confiar nas minhas escolhas e aos meus tios Meire e Tiago pelo acolhimento e incentivos.

Agradeço ao meu pai (in memorian) por ter me dado vida. À minha vó Zenaide (in memorian) pelo amor e cuidados na infância.

Ao meu irmão Dauydison pela ajuda na realização do trabalho de campo desta pesquisa e no entendimento do mundo pecuário, igualmente agradeço ao meu companheiro Vinícius Rivello pela atenção e carinho desprendidos, e ainda pelos debates enriquecedores.

Agradeço a UNILA (Universidade Federal da Integração Latino Americana) por proporcionar a oportunidade e as condições tanto materiais quanto intelectuais para o desenvolver da minha formação como profissional e pessoa, e também pelo auxílio concedido para o trabalho de campo que me permitiu realizar esta pesquisa.

Ao meu professor orientador Marcos Antônio de Moraes Xavier não só pela orientação sempre presente, mas por todo aprendizado proporcionado durante a vida acadêmica e por me inspirar ao empenho dos estudos com comprometimento e determinação.

Agradeço também ao professor Samuel Fernando Adami, pelas orientações nos projetos de iniciação científica e extensão desenvolvidos durante os 4 anos de vida acadêmica, por todo apoio e conhecimentos transmitidos.

Ao pessoal do Iaticínios Santa Luzia (Miraella) em Rolim de Moura que me receberam em uma visita técnica e conversa.

À todos os professores do Curso de Geografia e de outras áreas nas quais eu tive aulas por contribuírem para a minha formação. E aos professores da banca por aceitarem participar e em conseqüente contribuir para a continuação dessa pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus colegas de curso pelos momentos e aprendizados vividos, em especial aos meus amigos Wilson Alvares, Fernando Araujo e João Otávio.

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”.

Liev Nikoláievich Tolstói

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender se Rolim de Moura apresenta as dinâmicas de uma cidade do agronegócio e, dentro deste contexto, quais suas especificidades por estar localizada na fronteira agrícola amazônica. O Trabalho está fundado nos usos do território, e para tal, foi necessário compreender os processos que se estabelecem desde a implementação das políticas de colonização do Governo Militar iniciadas na década de 1970, passando pela explicação das dinâmicas que formam o território a partir das relações que se estabelecem cidade e campo, a partir dos usos do território pelas empresas, incluindo uma análise dos frigoríficos e laticínios instalados em Rolim de Moura, na qual se constata que as empresas frigoríficas estabelecem relações em diferentes escalas por meio da estruturação de uma agropecuária científica globalizada, que traça o perfil de Rolim de Moura como uma cidade do Agronegócio.

A pesquisa foi baseada na leitura de teses e livros sobre as cidades do agronegócio, a agropecuária científica globalizada, a agricultura moderna, a formação do território do Estado de Rondônia e do município de Rolim de Moura. Pesquisas em jornais locais, revistas e bibliotecas. A pesquisa incluiu levantamentos junto às instituições como o IBGE, IDARON, EMATER, EMBRAPA e a realização de trabalho de campo.

Palavras-Chaves: Cidade do agronegócio, usos do Território. Rolim de Moura. Agropecuária moderna.

RESUMEN

La presente investigación buscó comprender si Rolim de Moura presenta las dinámicas de una ciudad del agronegocio y, dentro de este contexto, cuáles son sus especificidades por estar ubicada en la frontera agrícola amazónica. El trabajo está fundado en los usos del territorio, y para eso, fue necesario comprender los procesos que se establecen desde la implementación de las políticas de colonización del Gobierno Militar iniciadas en la década de 1970, pasando por la explicación de las dinámicas que forman el territorio a partir de las relaciones que se establecen ciudad y campo, a partir de los usos del territorio por las empresas, incluyendo un análisis de los frigoríficos y lácteos instalados en Rolim de Moura, en la cual se constata que las empresas frigoríficas establecen relaciones en diferentes escalas por medio de la estructuración de una agropecuaria científica globalizada, que traza el perfil de Rolim de Moura como una ciudad del Agronegocio. La investigación se basó en la lectura de tesis y libros sobre las ciudades del agronegocio, la agropecuaria científica globalizada, la agricultura moderna, la formación del territorio del Estado de Rondônia y del municipio de Rolim de Moura. Investigaciones en periódicos locales, revistas y bibliotecas. La investigación incluyó levantamientos junto a las instituciones como el IBGE, IDARON, EMATER, EMBRAPA y la realización de trabajo de campo.

Palabras clave: Ciudad del agronegocio. Usos del territorio. Rolim de Moura. Agropecuaria moderna.

ABSTRACT

This research tries to understand if Rolim de Moura outlines the dynamics that usually describe a "city of agribusiness" and, in this context, what are its specificities, for being located in the Amazonian agricultural frontier. The paper is based on the uses of the territory and, to write it, it was necessary first to understand the processes in the territory, established since the Military Government's policies in order to colonize the area, started in the 1970s, through the explanation of the dynamics that form the territory, the urban-rural relations, the uses of the territory by companies, including an analysis of meatpackers and dairy industries installed in Rolim de Moura, in which it can be seen that the meat companies establish relationships at different scales through the structuring of a globalized scientific agricultural industry, which outlines Rolim de Moura profile as a city of Agribusiness.

The research was based on the reading of theses and books on the cities of agribusiness, globalized scientific farming, modern agriculture, the formation of the territory of the State of Rondônia and the municipality of Rolim de Moura. Research in local newspapers, magazines and libraries. The investigation included surveys with institutions such as IBGE, IDARON, EMATER, EMBRAPA and fieldwork.

Key-words: City of agribusiness. Uses of the Territory. Rolim de Moura. Modern farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Serraria em Rolim de Moura na época.	39
Figura 2. Produtos Miraella.	52
Figura 3. Laticínio Miraella em Rolim de Moura.	55
Figura 4. Indústria Sorolac em Rolim de Moura.	57
Figura 5: Planta industrial do Marfrig em Rolim de Moura.	62
Figura 6. Entrada da planta industrial do frigorífico Alfa.	64
Figura 7 : Marcas que pertencem ao grupo JBS.	66
Figura 8. Placa informando sobre os incentivos recebidos pela empresa na unidade de Rolim de Moura.	67
Figura 9. Esquema de como se dão as relações de uma agroindústria no geral.	69
Figura 10: Confinamento do Minerva Foods.	72
Figura 11. Divulgação do incentivo fiscal recebido pela empresa Minerva Foods do FDA-Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.	78
Figura 12. Placas com indicativo dos incentivos recebido pela empresa Minerva Foods.	78
Figura 13. Loja de venda de ração da indústria Jodan em Rolim de Moura.	90
Figura 14. Indústria de ração da empresa Nutrizon.	90
Figura 15. Agrocentro.	91
Figura 16. Agrobió.	91
Figura 17. Empresa Massey Ferguson.	91
Figura 18. Empresa John deere.	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fluxograma da cadeia produtiva da pecuária de leite.	51
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização do Estado de Rondônia.	21
Mapa 2: Rondônia: rede rodoviária federal.	22
Mapa 3. A distribuição dos projeto de colonização em Rondônia.	25
Mapa 4. Localização de Rolim de Moura.	36
Mapa 5. Distribuição das indústrias madeireiras (serrarias) em Rondônia.	41
Mapa 6. Localização das indústrias Laticínio Miraella e Sorolac no Município de Rolim de Moura.	55
Mapa 7. Localização das unidades do laticínios Santa Luzia na região central de Rondônia.	56
Mapa 8. Escritório de vendas do Marfrig Global Foods.	63

Mapa 9. Presença da JBS no mundo e capacidade de produção. 65

Mapa 10: Localização das operações da empresa Minerva Foods, incluindo confinamentos e plantas de abate. 72

Mapa 11. Minerva Foods no mundo. 74

Mapa 12: Presença da Minerva Foods Company na América do Sul. 75

Mapa 13. Localização dos escritórios internacionais da empresa Minerva Foods. 77

Mapa 14. Unidade industriais e sedes administrativas em território brasileiro. 77

Mapa 15. Países de Exportação da unidade em Rolim de Moura da empresa frigorífica Minerva Foods (2017). 80

Mapa 16. Percurso realizado até o porto de Belém. 81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Os projetos de colonização em Rondônia. 26

Tabela 2. O volume de migração interestadual por Microrregiões. 30

Tabela 3. Evolução da população empregada na agricultura. 34

Tabela 4. Dinâmica da população urbana e rural em Rolim de Moura no período de 1991 a 2010. 37

Tabela 5: Concentração fundiária (Gini-Terras), número de estabelecimentos e área média (ha) dos estabelecimentos rurais nos municípios da Zona da Mata rondoniense (2016). 37

Tabela 6. Composição do Produto Interno Bruto (PIB) de Rolim de Moura ano 2014. 38

Tabela 7. Empresas de Processamento de madeira e Moveleiras no Polo I e em Rolim de Moura. 40

Tabela 8. Evolução da área com lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1970-2006). 47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da quantidade de vacas ordenhadas no município de Rolim de Moura entre 1985 e 2015. 33

Gráfico 2. A quantidade de leite produzida em Rolim de Moura. 54

Gráfico 3. Financiamento Rural para a pecuária de leite nos municípios com unidades de laticínios Santa Luzia. 58

Gráfico 4: Composição do PIB de Rolim de Moura em 2015. 89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PIN - Programa de Integração Nacional

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PAD - Programa de Assentamento Dirigido

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

EMATER - Entidade autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.

IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1.	15
RONDÔNIA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA AMAZÔNICA (1970-1980)	15
1.1 As Políticas do Estado Nacional para a colonização do território Amazonense e o Estado de Rondônia	15
1.2 Os projetos de colonização em Rondônia	24
1.3 O fluxo acelerado de imigração e seus desdobramentos territoriais	28
1.4 As primeiras atividades agrícolas e seus desafios	32
CAPÍTULO 2.	34
ROLIM DE MOURA E OS USOS DO TERRITÓRIO: DA AGRICULTURA À PECUÁRIA	34
2.1 A ocupação do campo e a formação do centro urbano	34
2.2 O ciclo madeireiro	38
2.3 Os limites da agricultura e o desenvolvimento inicial da pecuária	42
CAPÍTULO 3.	44
A ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA PECUÁRIA EM ROLIM DE MOURA NO PERÍODO RECENTE	44
3.1 A modernização do campo voltado à pecuária	44
3.2 A dinâmica da produção leiteira	50
3.3 A dinâmica dos frigoríficos	60
3.4 O frigorífico Minerva Foods e seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação	68
CAPÍTULO 4.	82
O AVANÇO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS E A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E CAMPO	82
4.1 A pecuária moderna e suas demandas produtivas	82
4.2 A relação entre frigoríficos e produtores	84
4.3 Rolim de Moura uma cidade do agronegócio globalizado	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar esse tema parte da necessidade de compreender, através da ciência geográfica, as lógicas e dinâmicas existentes no território brasileiro, partindo desde o período referente à colonização e formação do território, no contexto amazônico, a partir da expansão da fronteira agrícola e pecuária que avança sobre a região. Desse modo, se faz importante observar como o agronegócio globalizado se difunde no campo e na cidade, colocando-se como uma racionalidade que acirra a concentração das riquezas geradas (Elias, Denise. 2015, p. 10).

Não só o atual avanço da agropecuária científica globalizada foi determinante para o desenvolvimento das atividades produtivas deste município. Desta forma, abordamos o processo histórico de colonização, pois este apresenta questões singulares que ajudam a explicar as transformações do território brasileiro. Desse modo, a análise proposta neste trabalho constitui-se a partir da compreensão dos processos de colonização que se dão em Rondônia e, conseqüentemente, em Rolim de Moura a partir das políticas de colonização agrícola levadas a cabo pelo governo no período entre 1970 e 1980. Em seguida, analisamos as dinâmicas que se dão no território em função da relação cidade e campo diante da inserção de Rolim de Moura em circuitos espaciais de produção característicos do atual período.

A hipótese de que Rolim de Moura é uma cidade do agronegócio parte do conceito trabalhado por Denise Elias (2006) a partir da noção do fenômeno que Santos (2000 e 2004) denominou *agricultura científica globalizada*. Isso a partir das variáveis de modernização do campo que são características do meio técnico-científico-informacional; maquinários, técnicas avançadas de adubação e fertilização do solo, sementes modificadas geneticamente, técnicas genéticas de reprodução animal e a demanda de especialistas.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas que formam o território a partir das relações que estabelecem cidade e campo, a partir dos usos do território pelas empresas, analisando os frigoríficos e laticínios instalados em Rolim de Moura, que estabelecem relações entre a cidade e o campo, a formação socioespacial brasileira e o mundo através da estruturação de uma agropecuária científica globalizada.

CAPÍTULO 1.

RONDÔNIA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA AMAZÔNICA (1970-1980)

1.1 As Políticas do Estado Nacional para a colonização do território Amazonense e o Estado de Rondônia

As dinâmicas territoriais da região amazônica passaram a se dar de um outro modo, a partir das políticas do Governo federal militar, que alegava a “necessidade” de coordenar as suas políticas econômicas e a ação estatal em geral.

A contar com a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (1964-1966), que é formulado o primeiro plano de desenvolvimento do período: o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964) propõe políticas territoriais enquanto estratégias regionais de desenvolvimento, com o interesse de ocupar a Amazônia (COSTA, p. 62). Trata-se do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976) no qual fica clara a perspectiva do governo federal para as novas políticas territoriais do país. Este plano tinha como ponto principal a questão regional do ponto de vista da integração nacional. Conforme Costa:

[...] a estratégia de integração nacional, deveria dirigir seus esforços em especial sobre políticas voltadas para a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste, articulando-as com as demais regiões do país, como forma de construir um mercado nacional consolidado (COSTA, 1997. p, 63).

Para este mesmo autor, as políticas territoriais são:

[...] toda e qualquer atividade que implique , simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas (COSTA, 1997. pg 13).

Para Silva, G. (2010, p 87), são políticas territoriais todas as ações do Estado no campo da urbanização, regionalização e integração econômica, transportes e circulação, gestão ambiental e ordenamento do território, colonização e reforma agrária.

No I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974) as políticas territoriais tornam-se mais claras. Este era o principal plano do Governo Federal para o desenvolvimento na década de 70. Esse plano acentua a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de “integração nacional”, ou seja, procurar expandir a “fronteira econômica” do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste (COSTA 1991, p. 64).

Costa (1991, p.64) observa que, nesse contexto, o conceito de fronteira econômica era aplicado a partir de suas várias instâncias: a agrícola, a industrial, a agroindustrial, a urbana, a do povoamento e da infraestrutura regional, entre outras.

De modo geral, o I PND previa:

Além da integração de sentido Norte—Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração de sentido Leste—Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores, relativamente abundantes nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul (I PND 1972).

E no que se refere mais especificamente à Amazônia, o I PND trazia os seguintes tópicos:

A política de integração, que visa, particularmente, desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul, se exercerá:

1) No Nordeste e Amazônia, por intermédio dos incentivos fiscais regionais, que lhe são privativos, reformulados pelos Decretos-leis n. 11 1.106/70 e 1.179/71.

2) Nas demais regiões menos desenvolvidas, assim como nas áreas de baixo dinamismo no crescimento recente, mediante: ação dos bancos oficiais, providências tributárias, transferências da (união, regulamentação do 1CM e, ainda, investimentos diretos do Governo Federal (I PND 1972).

O I PND traçava a estratégia regional para a Amazônia em duas linhas mestras pautadas na integração para o desenvolvimento, sendo estas:

I - integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira: de um lado, com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste; e, de outro, com o Planalto Central e, através deste, com o Centro-Sul, no sentido Norte-Sul.

II - Ocupação econômica e desenvolvimento, para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região (I PND 1972).

Tendo os seguintes tópicos definidos para a ocupação econômica e o crescimento:

- Expansão do contingente populacional da região, de forma programada e em áreas prioritárias.
- Construção da infra-estrutura econômica interna da região: rede rodoviária básica; reaparelhamento dos portos de Belém, Manaus e Santarém; desenvolvimento da navegação fluvial; programa de energia.
- Programa RADAM (Radar para a Amazônia), de levantamento aerofotogramétrico (I PND 1972).

O Processo de crescimento com base, particularmente, nos incentivos fiscais e isenções a cargo da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e da SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus, seria realizado segundo duas principais linhas:

- Programas de colonização, notadamente para a região da Transamazônica.
- Seleção de pólos de desenvolvimento e de integração (áreas prioritárias e zonas de fronteiras), realizando prioridades regionais, para concentração de aplicações (I PND 1972).

Em 1974, o II PND é traçado para os anos de 1975 a 1979. Este trazia uma mudança que estava assentada no novo patamar da política econômica global do país, formulada num contexto de declínio dos investimentos e a partir de um diagnóstico do comportamento do comércio exterior brasileiro. (Costa, 1997, p. 64)

Há nesse II PND uma opção pelo grande empreendedorismo da fase monopolista do capitalismo a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros. Até mesmo as políticas para a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste passam a ter um viés voltado ao mercado internacional, como traz o tópico IV da estratégia de integração nacional:

IV - "... o desenvolvimento do Nordeste e a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste dependerão, de forma essencial, da aplicação de ciência e tecnologia a regiões tropicais...
"... serão desenvolvidos o Programa de Trópico Semi-Árido, o Programa de Trópico úmido e o Programa de Cerrados, através de centros e núcleos de pesquisa que deverão alcançar nível internacional" (II PND p.44.)

Costa (1997, p. 64) coloca que as políticas de ocupação de áreas com base num povoamento a partir de projetos de colonização eram claras no Programa de Integração Nacional (PIN). Já no II PND essa intenção, e até mesmo algumas tentativas em curso, são deliberadamente postas de lado.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi responsável pela execução de projetos de colonização distintos, que tinham por objetivo fazer valer a ocupação das margens das rodovias amazônicas através de dois tipos diferentes de colonização: os PICs os PADs.

Os Projetos Integrados de Colonização - PICs foram os mais bem planejados, pelos quais o INCRA, segundo Perdigão e Bassegio (1992, p. 77), ao menos na teoria, além de fazer a seleção das terras, fazia também a demarcação e abertura de estradas e dava assistência nas áreas de saúde, educação, orientação técnica e comercialização.

Já os Projetos de Assentado Dirigido - PADs foram frutos de um segundo momento da atuação do INCRA. Este programa foi executado devido ao excessivo número de imigrantes que chegavam em Rondônia (Perdigão e Bassegio 1992, 78-79).

Ao contrário dos PICs, conforme Perdigão e Bassegio (1992, p. 78-79), nesse programa se tinha a assistência apenas na locação e abertura de um conjunto restrito de estradas. Isto porque os que iam ser assentados tinham uma condição econômica melhor e podiam ter acesso ao crédito.

Além dos programas de colonização na Amazônia, o Governo Militar promoveu a política de criação dos Pólos de Desenvolvimento, como parte integrante do PIN, fazendo surgir na região o POLAMAZÔNIA, o POLOCENTRO e o POLONOROESTE:

O POLAMAZÔNIA, O POLOCENTRO e as atividades da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco da Amazônia S/A), foram instrumentos criados ou desenvolvidos para aturar dentro dos objetivos dos projetos do Governo Federal.

Os pólos de desenvolvimento para Rondônia era o POLONOROESTE E O POLOAMAZÔNICO.

O POLAMAZÔNIA previa uma ampla pesquisa e utilização dos recursos minerais da região. O minério de ferro era extraído da região de Carajás, enquanto o alumínio e a bauxita eram a base de extração em Trombetas. Em Rondônia, avançava a produção de cassiterita.

O POLONOROESTE tinha como principal finalidade o atendimento à região do entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR364). Tal programa visava criar condições para a efetiva colonização da região, através da pavimentação da rodovia, como também pelo apoio aos projetos de colonização iniciados na década de 70. Convém integrar esse projeto às duas outras preocupações dos dois programas anteriores. Em primeiro lugar, ao considerarmos o POLOCENTRO, a pavimentação da rodovia BR 364 (principal preocupação do POLONOROESTE), criaria a possibilidade de escoar a soja através do complexo viário BR 364-Madeira-Amazonas-Amsterdã (RABELLO E FERREIRA, 2005, p. 03).

Nesse sentido, as políticas elaboradas pelo Governo buscavam solucionar problemas relativos à integração nacional: o da colonização da Amazônia, a qual se desejava explorar economicamente e ocupar; e o problema dos fluxos migratórios, causados, entre outros fatores, pela disparidade de oportunidades oferecidas entre as regiões Nordeste e Sudeste (LOUREIRO, 2010)

Ao ser colocado em prática, através de propaganda para a migração, as políticas para a Amazônia atraem um fluxo intenso de migrantes para os estados da região, principalmente Rondônia. Conforme Silva (2010), Rondônia constitui-se como resultado do processo de modernização econômica da Amazônia, cuja gestão está sob as mãos do Estado.

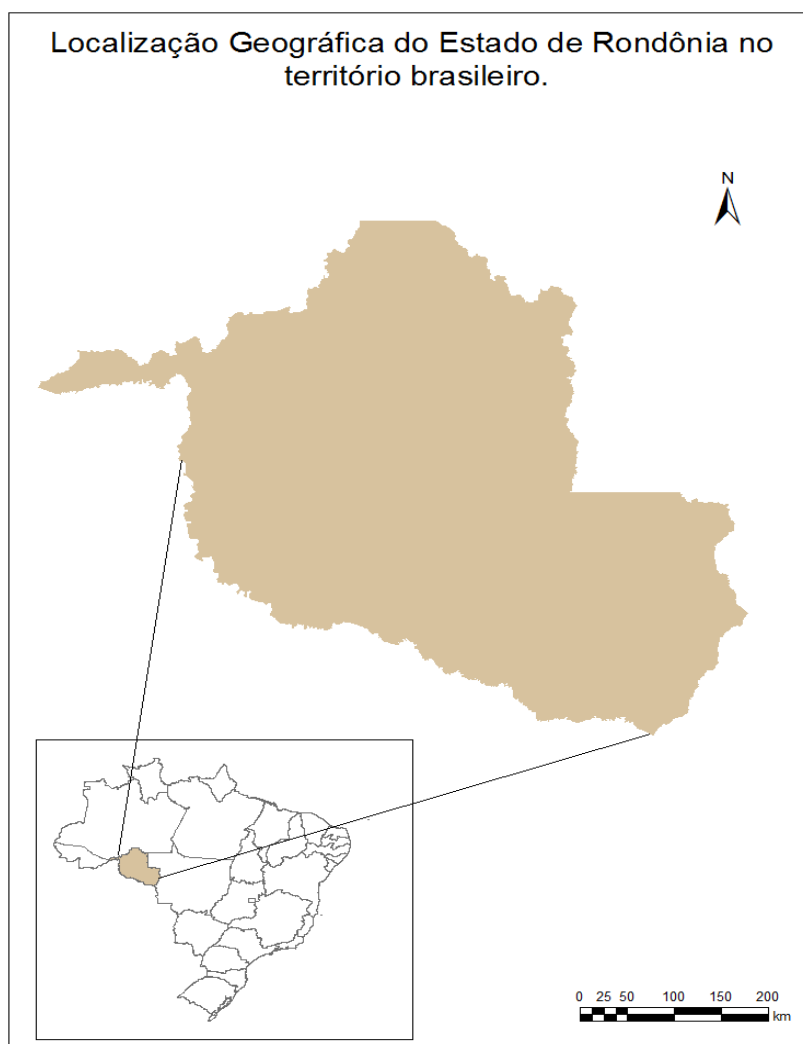
Antes do início das grandes mudanças provocadas pela colonização dirigida, a Amazônia ainda era um território imenso e desconhecido, habitado por poucos seringueiros e os povos indígenas, predominando as atividades extrativistas.

Neste período, o *meio natural*, aquele onde o homem escolhia partes da natureza para seu desenvolvimento de vida, ainda era o espaço geográfico predominante para grande parte de seus habitantes. Se tratava, de modo geral, de um meio sem muitas transformações. Predominavam as técnicas que eram somente para domesticação de animais e plantas, estando esta técnica atrelada a natureza sem existir uma autonomia. (SANTOS, 1996-2014:237)

Com os processos de colonização o “meio técnico”, caracterizado pela mecanização do espaço, com objetos culturais e técnicos passa a avançar na região amazônica. Nesse sentido, as ações do Governo Federal foram indutoras de rápidas modificações. As políticas territoriais empregadas conduziram há um período de progresso técnico pautado na razão econômica, que se sobrepõe à razão da natureza. Conforme Santos (1996-2014, p. 237), trata-se do locus de ações "superiores", que triunfam sobre as forças naturais.

É nesse contexto que as mudanças se inserem no território de Rondônia (Mapa 1), onde parte das políticas territoriais para a Amazônia foram executadas, tornando-se sede para 7 dos 10 programas de colonização governamental.

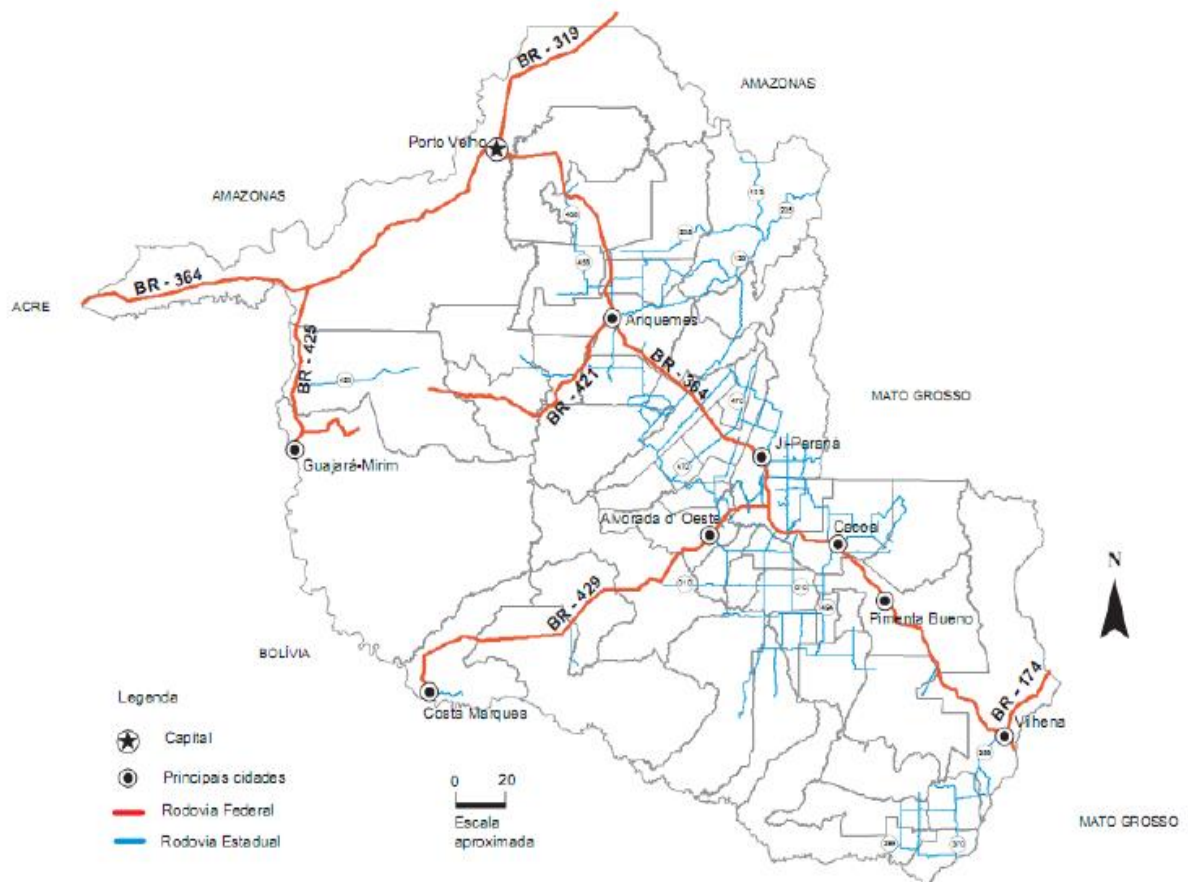
Mapa 1. Localização do Estado de Rondônia.



Fonte: IBGE .Elaboração da autora, 2017.

É com a abertura da BR-364 nos anos 60 e posteriormente seu asfaltamento nos anos 70, que passou a ligar o Sudeste e o Centro-Oeste à Rondônia, e da denominada estrada de Penetração BR-429 nos anos 80, que se deu o início das políticas territoriais para o Estado de Rondônia (Mapa 2). Financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo Brasileiro, o eixo rodoviário contribuiu para impulsionar a materialização dos demais projetos territoriais em Rondônia.

Mapa 2: Rondônia: rede rodoviária federal.



Fonte: IBGE Elaboração: R. G. C. Silva (2010).

Nos anos 60, o Governo de Juscelino Kubitschek, com a lógica da Integração Nacional, aproveitou o antigo trajeto da Comissão Rondon e construiu a BR-29 ligando Brasília, Cuiabá e Porto Velho, à semelhança da BR-14, conectando o eixo Brasília/Belém e transformando estas duas rodovias em projetos de ocupação e colonização da Amazônia e do Centro-Oeste.

Posteriormente, com o PND, o Governo Militar consolidou as duas rodovias com recursos externos e promoveu projetos de colonização ao longo de trechos da antiga BR-29 em Rondônia, denominada de BR-364 e pavimentada em todo percurso (BINSZTOK,2012. p.5). A reconstrução e asfaltamento da rodovia BR-364 de Cuiabá (Mato Grosso) até Porto Velho (Rondônia) é a obra principal do projeto Polonoroeste,

com financiamento do Banco Mundial (International Bank for Reconstruction and Development, 1981) (FEARNSIDE, Philip Martin.1989).

As diretrizes do Decreto de criação da SUDAM em 1967 n.º 63.104, de 15-08-1968, estabelecia no Artigo 1º as áreas prioritárias de atuação no Território Federal de Rondônia:

- a) Área Prioritária n.º 1 - "o segmento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, abrangendo uma faixa de 6 (seis) quilômetros de cada lado da citada rodovia";
- b) Área Prioritária n.º 2 - a região em que se localizam as cidades de Porto Velho e Abunã, tendo como centro a primeira.

As rodovias junto aos projetos de colonização geraram um fluxo populacional dos mais intensos na história já observados no País, tendo a população se multiplicado quase cinco vezes na década de 70 e 80, onde o saldo migratório foi de 264.506 migrantes (Censos de 1980, 1991 e Contagem da População de 1996 do IBGE).

Nesse sentido, as políticas territoriais em Rondônia se constituíram principalmente nos processos de colonização do território. Conforme Ricardo Gilson:

A partir da década de 70 do século XX, a colonização dirigida pelo Estado assume feições diferentes na geografia regional. Os estímulos aos fluxos migratórios e a gestão do território, via a institucionalidade da política de colonização, promovem os novos usos e significados do território que se alicerçam em Rondônia.

“... a exploração de cassiterita e a abertura da BR-364 proporcionou o aumento do fluxo populacional e as conexões à economia nacional.

“... as políticas de colonização agrícola, como forma de gestão do território que orienta a ocupação da fronteira, assume maior preponderância na região com o estímulo à ocupação de terras sob novos processos de trabalho e de produção” (SILVA, R.G 2010, p. 71-72).

As políticas do Estado para Rondônia se desdobraram principalmente nos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

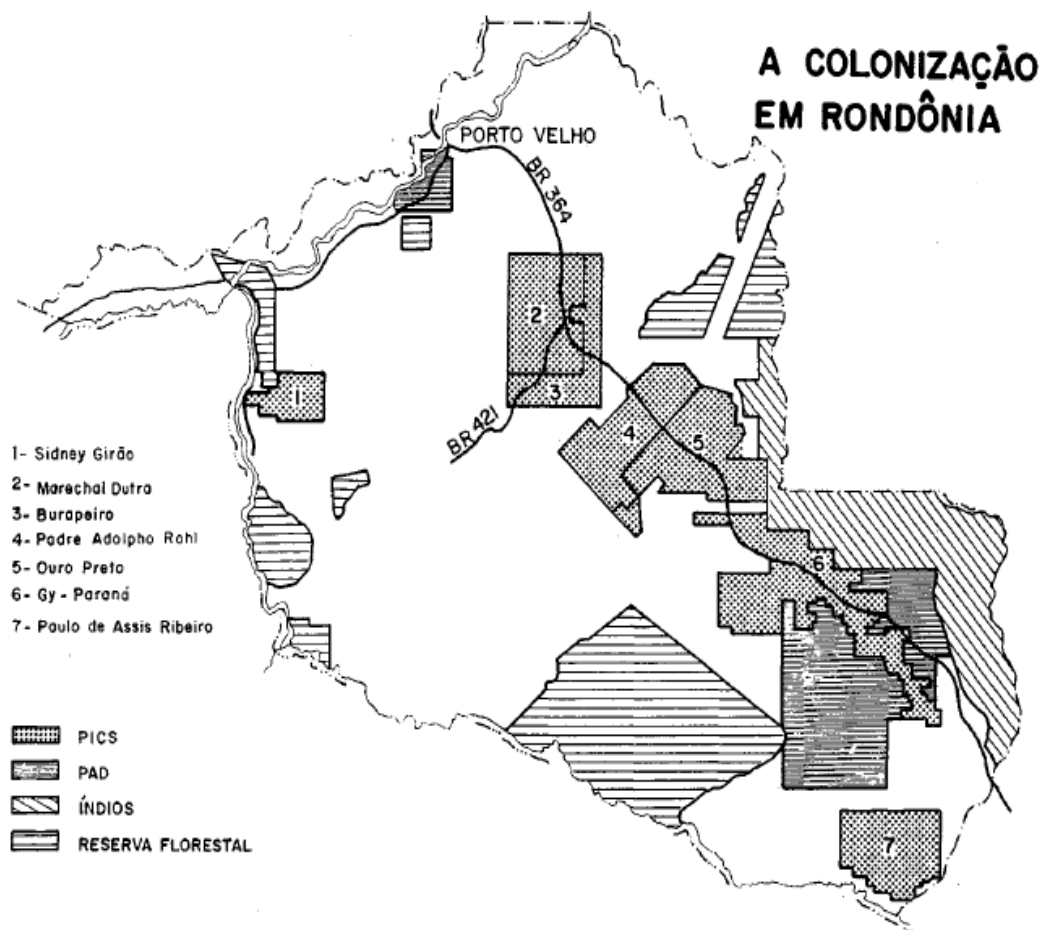
1.2 Os projetos de colonização em Rondônia

É a partir do eixo rodoviário que, entre os anos de 1970 e 1984, os projetos de colonização agrícola no território de Rondônia são implementados, região onde os projetos para a Amazônia se concretizaram de forma intensa, sendo ação geopolítica direta do Governo Militar de ocupação de fronteira, estimulando o uso produtivo da terra e redirecionando trabalhadores que migravam em busca de melhores condições de vida, vindos do Sul e do Nordeste.

Mesmo os projetos de colonização sendo de predomínio da ordem pública federal a cargo do INCRA, abrangendo três PICs, houve ainda a colonização pública territorial da qual trata a Secretaria de Agricultura, Economia e Colonização do governo do Território de Rondônia e, com menor abrangência, projetos de colonização privada.

Os projetos se localizam principalmente na região central do Estado e na fronteira com a Bolívia, ao longo da Rodovia BR-364 e 319 (Mapa 3). Conforme coloca Silva R. (2010, p. 107), o Programa Integrado de Colonização priorizou a área de influência da rodovia BR-364, abrangendo os atuais municípios de Jarú, Ouro Preto D'Oeste, Ji-Paraná e Cacoal. Desta forma, se faz necessário compreender as características da execução desses projetos de colonização. Conforme relatório do IBGE (1984) as atividades abrangidas pelos projetos se realizavam através de 12 programas que incluíam: Distribuição de Terras, Organização Territorial, Organização Administrativa, Assentamento, Organização das Unidades Agrícolas, Promoção e Execução de Obras Públicas Básicas e Infra-estrutura, cujo desenvolvimento era de inteira responsabilidade do INCRA. Os restantes programas visando a saúde, habitação, educação, crédito, cooperativas e comercialização da produção seriam implementados por outras instituições sob a coordenação do INCRA.

Mapa 3. A distribuição dos projeto de colonização em Rondônia.



Fonte: HENRIQUES, 1984.

Os principais projetos de colonização implementados em Rondônia foram: o PIC Ouro Preto, o PIC Sidney Girão, o PIC Gy-Paraná, PIC Adolpho Rhol, PIC Paulo de Assis Ribeiro, PIC Burareiro e o PAD Marechal Dutra estes eram projetos de colonização federal direta e no total abrangiam um total de 5.400 lotes de 100 hectares. Outros projetos menores eram as colônias agrícolas, que distribui lotes com áreas menores e eram em torno de 150 lotes por colônia (Tabela 1).

No que se refere ao setor privado, a colonização foi realizada por empresas registradas pelo INCRA, em terrenos de caráter público e particular. A principal empresa era a CALAMA S/A, nome que também leva o projeto de colonização empreendido pela empresa.

Conforme Cunha (2010, p.131) esta surgiu em 1967/1968, sendo inicialmente contestada pelo INCRA e pelos migrantes assentados pela empresa, porém recebeu a aprovação para execução do projeto em 1976 e loteou em torno de de 600 parcelas de terras.

Tabela 1. Os projetos de colonização em Rondônia.

	Número de parcelas	Superfície das parcelas	Localização
Projetos de colonização federal			
Ouro Preto	4 000	100	BR 364 km 330
Sidney Girão	500	100	BR 319 km 70
Gy-Paraná	900	100	BR 364 km 540
Colônias agrícolas do Território			
Candeias	150	25	BR 364 km 25
Periquitos	150	25	BR 364 km 12
18 de Setembro	150	25	BR 364 km 12
Areia Branca	150	25	BR 364 km 8
Paulo Leal	150	25	BR 364 km 25
Iata	400	25	BR 364 km 30
Colônias privadas			
Calama SA	600	variável	Vila de Rondônia
Espigão do Oeste	450	500/2 000	Pimenta Bueno

Fonte: SEAC e INCRA 1973

O PIC Ouro Preto se situava entre os quilômetros 352 e 385 da BR-364, abrangendo uma faixa de 60 quilômetros a cada lado da rodovia, foi implantado em 1970. A intenção inicial era a de incluir uma área de 500 mil hectares existindo planos para expandi-la (IBGE-1984). Esse PIC contava com extensões de 4 000 lotes, dos quais mais de 3 500 em 1976 estavam delimitados e ocupados.

Em 1972, foi criado o PIC Gy-Paraná também localizado ao longo da rodovia BR-364, entre a vila de Rondônia e Pimenta Bueno, atualmente município de Cacoal, nos quilômetros 455 e 502, com uma área de aproximadamente 486 mil hectares, mas apenas 100 000 foram distribuídos, a leste da estrada. Contava-se, em julho de 1974, 852 famílias em lotes rurais e 262 em lotes urbanos à espera de um lote agrícola (IBGE-1984; THÉRY 2010). Conforme Théry (1976, 2010), os lotes foram distribuídos e ocupados sem nenhum acesso rodoviário e, no interior do PIC, na beira da estrada

e perto da sede administrativa, se criou a cidade de Cacoal, que contava em 1976 com mais de 8.500 habitantes, mulheres e filhos de colonos que trabalham sozinhos nos seus lotes inacessíveis ou famílias que estavam esperando um lote.

Ao longo da Rodovia BR-364, situava-se também o PIC ADOLPHO ROHL, entre os quilômetros 262 e 290, com uma área aproximada de 400 mil hectares.

Já o PIC Sidney Girão estava localizado ao longo da rodovia BR-319 perto de Guajará-Mirim na fronteira com a Bolívia. Previsto para 1 500 famílias, o projeto se estendia por 200 000 hectares (THÉRY, 1976. p.123). Esse PIC foi criado devido à preocupação com o êxodo do município de Guajará Mirim e com o acúmulo de colono no lata; o INCRA o lançou em 1972 na altura de Ribeirão, hoje com acesso pela BR-425 que liga Guajará Mirim a Abunã (CUNHA, 2010). Porém, somente em 1974 com a saturação dos outros PICs, que Sidney Girão começou a ficar realmente ocupado. Em agosto de 1974, havia apenas 456 famílias instaladas.(THÉRY, 1976. p.123)

O PIC Paulo de Assis Ribeiro foi implantado em 1974, ao sul do território localizado a 100 quilômetros da cidade de Vilhena, entre os rios Cabixi e Guaporé. Sua área compreendia de 293.580 hectares.

O PIC Burareiro foi lançado juntamente com Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra, o primeiro localizado ao largo da rodovia BR-364, entre os quilômetros 152 e 242, na região de Ariquemes, abrangendo uma área aproximada de 350 mil hectares. (IBGE-1984; CUNHA, 2010, p. 131). O segundo, também localizado ao largo da rodovia BR-364, entre os quilômetros 137,5 e 224,5 na região de Ariquemes, com uma área de aproximadamente 400 mil hectares (IBGE - 1984).

Desse modo, a execução dos projetos de colonização não foi como o planejado. Dentre os problemas na execução dos projetos de colonização, estão o descontrole do contingente populacional migratório, o desconhecimento técnico sobre as condições da Amazônia, pois não houve um estudo das condições do solo antes de colocar em prática os projetos de colonização, e ainda a precária assistência tanto técnica para o desenvolvimento da agricultura, quanto a familiar no que toca a saúde e outras necessidades.

A demógrafa Henriques (1984, p.400), em estudos no departamento do IBGE sobre os processos de colonização em Rondônia, fez a seguinte observação:

Quando os resultados do projeto RADAMBRASIL foram conhecidos, o pessimismo suplantou as esperanças iniciais

desde que ficou indiscutivelmente estabelecido que "...quase a totalidade dos solos da Amazônia apresenta baixa fertilidade natural, mas assim mesmo suficiente para o atingir meta e manutenção do clímax alcançado, sob condições permanentes de clima favorável ao desenvolvimento vegetal, particularmente na forma em que está constituída a floresta nativa (grande diversidade de espécies, acentuado grau de dispersão de indivíduos de cada espécie, elevada densidade populacional, predominância de espécie de crescimento lento, etc.)(apud.MENEZES, Mário Assis, 1980).

Outras adversidades enfrentadas ainda nesse processo, dizem respeito ao modelo de colonização implantado, com características europeias. Um modelo que se mostrou muito sofisticado, conforme Henriques (1984, p.400-401): o tripé agrópolis, rurópolis e agrovilas. E também a distância entre as residências dos colonos e os seus lotes, pois os obrigava a caminhar quilômetros para irem e voltarem aos seus trabalhos sob um clima quente e úmido.

Outra questão importante, diz respeito aos conflitos entre os indígenas e os posseiros que começavam a invadir suas terras. Em 1975 apenas 0,5% do então Território Federal havia sido desmatado, e esse total atingiu 3,1% em 1980, crescendo para 15,45% da área total do Estado em 1992 e 23,5% em fins de 1999 (CURI, 2000, p. 17-18).

Atualmente Rondônia possui 52 municípios distribuídos em uma área total de 238.512 km². Localiza-se na Amazônia Ocidental, na Região Norte, tendo como limites o Estado do Amazonas (Norte, Nordeste), Mato Grosso (Leste e Sudeste), Acre (Noroeste) e a República da Bolívia (Sudeste e Oeste).

1.3 O fluxo acelerado de imigração e seus desdobramentos territoriais

Os projetos de colonização promovidos pelo Governo Federal tiveram como Estado principal de execução Rondônia, esse projetos geraram novas dinâmicas no território: a migração em massa provocada por estímulo dos governadores e através de propagandas incentivaram o deslocamento para a ocupação das novas terras. A promessa de uma parcela de terra com a exigência apenas de pôr abaixo a floresta

fez com Rondônia recebesse entre o anos 1970 e 1980 um grande contingente populacional, pessoas de origem do Nordeste, Sul e Sudeste, principalmente, se deslocavam em direção às novas terras. Esse fluxo foi ainda facilitado e intensificado pela reforma e ampliação da BR-364, o que ocasionou uma invasão desordenada de terras em um determinado período, nos assentamentos dos projetos de colonização do INCRA.

O redirecionamento migratório estava entre as políticas do Governo Federal para a Amazônia. O intuito era de acabar com os conflitos por terra no Sudeste, onde a agricultura começava a se modernizar dotando o campo de aparatos técnicos e incentivando a formação de monoculturas e do latifúndio. Desse modo, famílias que trabalhavam de meeiros ou já tinham passado a viver nos centros urbanos se destinaram para ocupar as terras dos projetos de colonização.

Na questão migratória, as políticas buscavam resolver ainda a migração nordestina para o Sudeste, que se encaminham para essa região em busca de fugir da seca e após os incentivos à migração para a Amazônia. Porém, a previsão de imigrantes nordestinos não chegou nem perto do estimado, permanecendo o ritmo de migrações para o Sudeste.

Em concordância com as autoras Ana Maria e Angela Moraes (1979, p. 79) a população imigrante era constituída do seguinte:

- a) um grande contingente de agricultores sem terra, oriundos em sua maior parte do centro-sul do País;
- b) um pequeno grupo de capitalistas do Sul, interessados em adquirir terras no Território de Rondônia;
- c) um certo número de pessoas que se localizavam nos núcleos populacionais existentes, com a finalidade de se dedicar a atividades urbanas, sobretudo ao comércio.

E ainda, de acordo com Théry (2010, p. 114), os colonos eram em maioria, originários da região Sudeste, a não ser, os colonos do PIC Sidney Girão, localizado perto da fronteira boliviana, onde foram direcionados os colonos nordestinos. Essa região dominava amplamente os setores sucessivamente abertos de Ouro Preto e em Gy-Paraná. No interior dessa região, estão principalmente os migrantes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Sendo a maioria dos migrantes procedente do Paraná, dos municípios de Apucarana, Londrina, Toledo, Cascavel e Umuarama. Muitos deles trabalhavam nas

lavouras de café, cereais e feijão. Já os naturais do Sudeste, eram predominantes os mineiros e capixabas; seguem-se os nordestinos, paranaenses e outros (IBGE/INCRA 1979, p. 73).

Na tabela 2 organizada por Ricardo Gilson (2010) podemos ver o fluxo migratório para Rondônia nas décadas de 70 e 80. No qual se pode observar que nos municípios das região central do estado onde foram implantados os PICs ao longo da rodovia BR-364, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena apresentam um fluxo superior aos outros, e ainda Porto Velho o Centro urbano mais antigo do Estado.

Tabela 2. O volume de migração interestadual por Microrregiões.

Estado de Rondônia - 1970/1980 e 1981/1991						
Microrregiões	1970/1980			1981/1991		
	Migração Interestadual			Migração Interestadual		
	Imigração	Emigração	Saldo Migratório	Imigração	Emigração	Saldo Migratório
Mun. não decl. e mal def.		2.602			11.457	
Porto Velho	32.217	9.775	22.442	101.569	39.641	61.928
Guajará-Mirim	3.353	1.303	2.050	4.034	2.175	1.859
Ariquemes	33.815	655	33.160	41.677	12.451	29.227
Ji-Paraná	92.718	2.681	90.037	96.891	33.664	63.227
Alvorada D'Oeste	-	-	-	16.333	3.161	13.172
Cacoal	57.031	1.180	55.851	90.397	28.344	62.053
Vilhena	66.360	2.792	66.568	35.029	18.546	16.483
Colorado do Oeste	-	-	-	25.866	8.514	17.352
Total	285.494	20.988	264.506	411.795	157.795	253.844

Fonte: NEPO/UNICAMP 1999, com base nos Censos de 1980, 1991 e Contagem da População de 1996 do IBGE. Elaboração: SILVA, Ricardo Gilson da Costa, 2011.

Segundo a estimativa do IBGE/INCRA (1979, p.73) a população do território de Rondônia, em 1976, elevou-se a 221.770 habitantes e também se considera este o maior fluxo migratório até então ocorrido, mobilizando cerca de 76.000 pessoas. Os espaços onde se localizavam os assentamentos dos projetos de colonização são onde estão a população migratória de Rondônia. Conforme estudo publicado em 1979 IBGE/INCRA, os distritos que receberam o maior afluxo demográfico entre 1970 e 1976 foram os de Vila de Rondônia, Porto Velho, Guajará-Mirim e Ariquemes.

Nesse sentido, no que se refere ao distrito de Rondônia, a população rural e urbana são de um processo embrionário de formação de uma região própria, onde

em 1976, a população rural atingiu 26.395 habitantes, acusando um aumento de 16.457 pessoas, isto é, 165,6% (IBGE/INCRA 1979).

O forte aumento populacional do distrito de Vila de Rondônia no centro do Estado decorre do fato de que nele se localizam os projetos de colonização Ouro Preto, grande parte da área do chamado projeto Padre Adolpho Rohl, que é uma expansão do primeiro, e o de Gy-Paraná.

Pimenta Bueno e Vilhena se constituíram como núcleo urbanos em 1979 com população de perto de 6.000 (5.820 e 5.905) habitantes. Conforme IBGE/INCRA (1979, p.74) tais núcleos, que em 1963 contavam apenas com 281 e 560 moradores, tiveram crescimento acelerado a partir do início da década de 1970, e já em 1973 possuíam cerca de 3.000 e 4.000 pessoas, respectivamente.

No que diz respeito ao crescimento populacional e formação de centros urbanos se situa também os centros de Cacoal e outros, conforme IBGE/INCRA:

O intenso crescimento desses núcleos, com população voltada para atividades urbanas (prestação de serviços) constitui um indicador fiel do dinamismo dessa região, fato também demonstrado pelo que acontece em Cacoal, núcleo surgido após 1973 e já em 1976 com população estimada pela SUCAM em 10.455 habitantes.

A migração gerou ainda aumento nos distritos de Porto Velho, Guajará-Mirim e Ariquemes. No primeiro, quase duplicou a população em 1976, em relação a 1970. (mais 38.365 habitantes, ou um aumento da ordem de 92%), o que elevou o quadro urbano para a casa de 80.000. Este grande acréscimo decorre do surto migratório e do conseqüente equipamento urbano para atender à prestação (IBGE/INCRA 1979, p. 75)

Os estudo do IBGE/INCRA ainda traz a informação que o ritmo de crescimento de Rondônia foi maior que o brasileiro, tanto para o total quanto para a população empregada na agricultura. A diferença entre os dois acentua-se na década de 1970 visto que a taxa de crescimento da população total declina no Brasil e aumenta em Rondônia como conseqüência da política de colonização, sendo a diferença entre as taxas do Brasil e Rondônia maior para a população empregada na agricultura. Para este último subgrupo os valores de Rondônia são elevados, para qualquer padrão, mesmo antes da colonização.

1.4 As primeiras atividades agrícolas e seus desafios

É com o início da ocupação do território de Rondônia encabeçada pela colonização que surgem as primeiras atividades agrícolas no lugar da floresta Amazônica.

No desenvolvimento da agricultura em Rondônia a maior dificuldade enfrentada foi a questão do solo. Poucos estudos existiam e tampouco foram feitos anteriormente à implantação dos programas de colonização. Conforme Théry (2010), os latossolos, no melhor dos casos podzóis, de onde a floresta é brutalmente tirada, se revelam frágeis com a dupla retirada das culturas e da lixiviação.

Devido a limitada assistência rural e a impossibilidade de derrubar uma floresta de mais de décadas, era lançada mão das queimadas para preparar o solo, que os enriquece um pouco, mas esse aporte é rapidamente levado pelas chuvas e as técnicas culturais primitivas, sem nenhum aporte de adubo, rapidamente se esgotaram completamente (THÉRY, 2010).

Hoje, se sabe que o solo no geral na amazônia é arenoso, contendo apenas uma pequena camada fértil que é mantida pelos resíduos orgânicos, como as folhas da floresta, que ao ser retirada expõe o solo a chuvas e a outras intempéries que levam embora sua camada fértil, tornando o solo improdutivo.

O não estudo detalhado do comportamento do sistema amazônico provocou prejuízos ambientais e humanos. Uma floresta que levou longos anos para se formar e poderia ser produtiva foi posta abaixo e, em pouco tempo depois do assentamento, muitas famílias abandonaram suas terras por serem improdutivas.

Nesse contexto, Fearnside (2006) relata que os impactos ambientais observados refere-se à erosão do solo, à compactação do solo, à redução dos recursos madeireiros, às mudanças no regime hidrológico, como a interrupção ou redução de cursos d'água e ainda às alterações nos níveis de precipitações, além de uma perda e redução da biodiversidade na cadeia ecológica (FEARNSIDE, 2006).

A agricultura que se estruturou era de subsistência e familiar, conforme Théry as unidades muito pequenas, sem capitais nem técnica, à qual camponeses na miséria eram obrigados pela necessidade premente de se alimentar.

Théry analisa ainda, que essa posição, a de não ser para os privilegiados dos programas de colonização do INCRA, era agravada pela situação financeira precária que tornava difícil a compra de ferramentas, sementes e produtos de tratamento; e pelas doenças que, os enfraquecendo, impossibilitando um trabalho com mais cuidado (THÉRY, 2010, p. 200).

A questão que dificultou ainda mais para os produtores foi a posição tomada pelo Banco do Brasil que passou a negar a fornecer o crédito que permitiria acrescentar as rendas, recorrendo à culturas comerciais, esta atitude foi tomada devido às diversas experiências de empréstimos a fundos perdidos, inclusive nos assentamentos do governo.

As plantações como cacau, café e seringueiras encontravam dificuldades de se manter, pareciam promissoras porém mostraram-se vulneráveis a doenças da amazônia, em depoimento na época o maior agricultor de Rondônia Hugo Frei coloca que "... o fruto se perde por ataque de pragas e doenças, falta pesquisas para achar uma variedade de cacau que seja resistente..."¹. Dez anos mais tarde, esse agricultor destruiu a maior parte de seu cacau, café e borracha para plantar pasto.

Conforme relatórios do INCRA os principais problemas do desenvolvimento da agricultura a partir dos projetos de colonização, foram:

- A deficiência infra-estrutura interna (acesso, habitação, eletrificação rural) constata na maioria das parcelas dos imóveis destinados sobretudo nas áreas de atuação, principalmente dos PICs e PADs, tem como consequência as freqüentes desistências de migrantes.
- Na fase de parcelamento, algumas parcelas não ficaram beneficiadas de infra-estrutura mínima, como consequências não atenderam os índices de produção e rentabilidade que o migrante poderia alcançar.
- A falta de serviços de educação, saúde, lazer, comunicação, transporte, armazenamento e nutrição, refletiram sobremaneira na permanência do migrante em sua terra.
- A questão de pouca assistência médica foi determinante para identificar a venda e abandono de parcelas nos Projetos de Assentamentos.

Dessa maneira, o panorama que se tem da ocupação na agricultura no período de 1970-75 é o crescimento de 38,3%, mais do dobro do crescimento das já altas

¹ Entrevista concedida ao filme de documentário "Nas cinzas da Floresta" de Adrian Cowell, produzido pela TV Central de Londres, 1987.

taxas da população total (16%). A taxa para os cinco anos seguintes, 1975-80, reduziu-se em mais de um terço do valor prévio, apesar de manter um valor ainda significativo (Tabela 3).

Tabela 3. Evolução da população empregada na agricultura.

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO PARA A POPULAÇÃO TOTAL E PARA A POPULAÇÃO EMPREGADA NA AGRICULTURA: 1970 E 1980

UNIDADES	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (em %)				
	População Total		População Empregada na Agricultura		
	1960/70	1970/80	1960/70	1970/75	1975/80
Rondônia.....	4,7	16,0	17,0	38,3	11,2
Brasil.....	2,9	2,5	1,2	3,0	0,7

FORNE — Martine, George. Transformações na agricultura e êxodo rural.

Não fica claro, entretanto, se este declínio da absorção de mão-de-obra representa uma estabilização a um nível ainda alto ou se se trata de uma mudança nas prioridades, mas o que é claro, é que o entusiasmo inicial foi-se reduzindo (THÉRY 2010, p. 200).

CAPÍTULO 2.

ROLIM DE MOURA E OS USOS DO TERRITÓRIO: DA AGRICULTURA À PECUÁRIA

2.1 A ocupação do campo e a formação do centro urbano

A estrutura de apropriação e uso das terras em Rolim de Moura seguiu a dinâmica das políticas de ocupação elaboradas para Rondônia e, neste caso, para o espaço geográfico Amazônico, porém com as suas particularidades. Nesse sentido, o projeto PIC Gy-Paraná - Setor Rolim de Moura estava alocado no processo de colonização usual do POLONOROESTE, onde a permanência do colono na

propriedade estava vinculada à derrubada da floresta, dentro de uma concepção de distribuição de pequenas áreas destinadas a cada família de colonos (BORCHE, 2016, p 36. apud. PEDLOVISK et al., 1999; D'ANTONA et al., 2011).

A formação do município de Rolim de Moura se dá a partir de 1979 com a extensão do projeto de colonização PIC Gy-Paraná para o setor Rolim de Moura, a ocupação do campo e a formação do centro urbano realiza-se com a distribuição de terras pelo INCRA, que organizou o acesso à terra e tinha em sua responsabilidade a gestão administrativa e logística dos núcleos urbanos. O Setor Rolim de Moura, foi criado para assentar os colonos excedentes do PIC Gy-Paraná, na região de Cacoal. Sua ocupação se deu de forma intensa e acelerada, às margens do rio Anta Atirada.

As diretrizes da ocupação de Rolim de Moura ditados através dos projetos de colonização se deram com a distribuição de lotes rurais de 100 hectares para famílias que compunham o excedente populacional não abarcado pelos outros assentamentos. Em 1975, em sua origem, com aproximadamente 128 posseiros, o INCRA entregou três mil (3000) lotes.

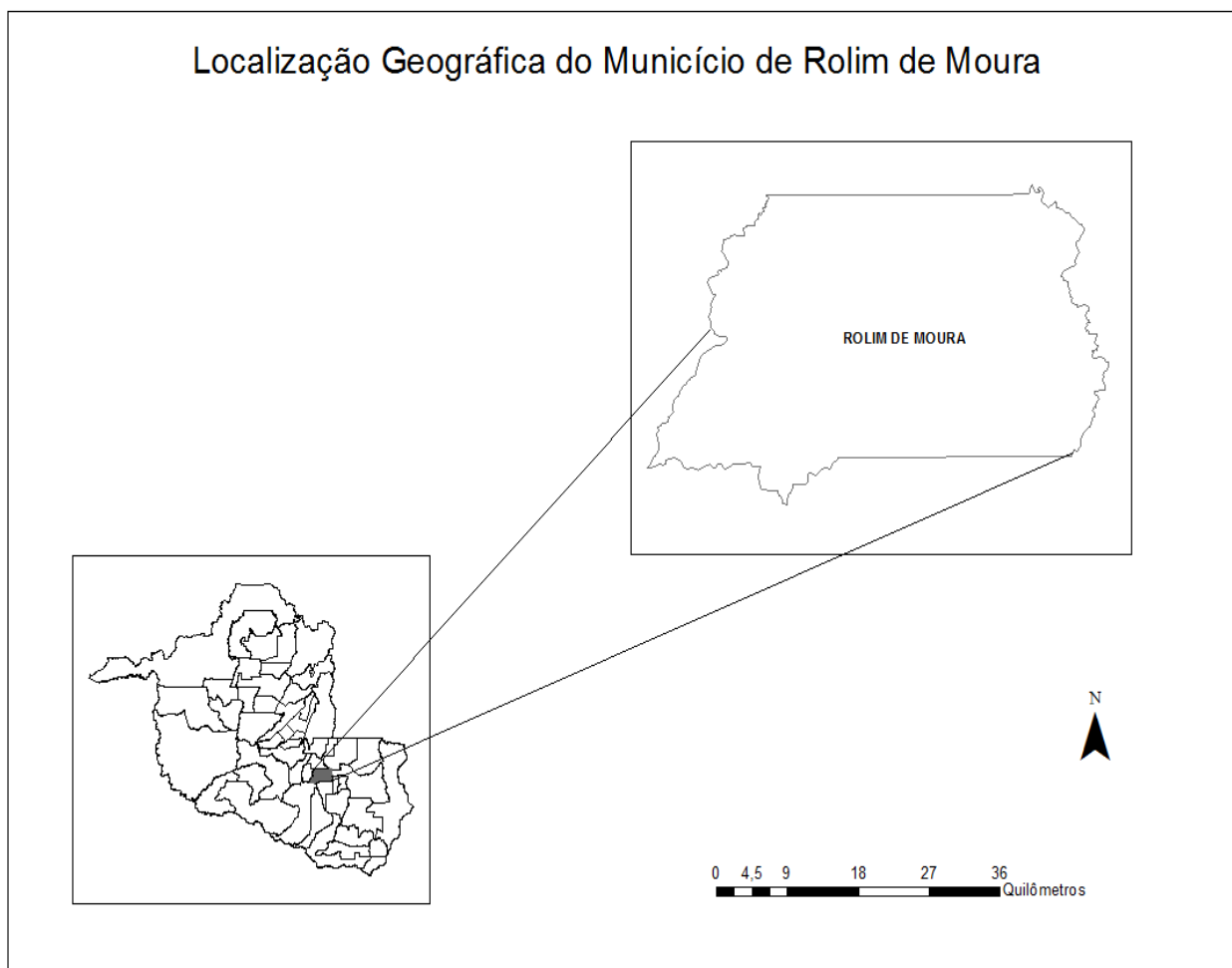
Os primeiros lotes urbanos foram entregues em 1977. É entre a década de 1970 e 1980 que se dá o processo de formação do centro urbano que se intensifica após a elevação do projeto à vila de Rolim de Moura, com a propagação das igrejas, realização de eleições para prefeito e vereadores, a construção de escola, e a criação do hospital público, da delegacia, e da agência bancária. O acesso a energia elétrica chegou no ano de 1981, abrangendo inicialmente 14 quilômetros.

No ano de 1984, através de um plebiscito, a Vila de Rolim de Moura é emancipada a Município. Sua emancipação foi agilizada de acordo com esses interesses econômicos e políticos vinculados ao projeto de colonização agrícola e exploração de madeira. O Território Federal de Rondônia também acabara de ser emancipado a condição de Estado (1981) e havia a necessidade de gerar receita, conforme afirma Silva (2012, p. 68). Ao se tornar município, Rolim de Moura geraria em termos econômicos e sociais benefícios para o Estado.

Atualmente, o município se estrutura da seguinte forma: Rolim de Moura, sede municipal e Nova Estrela Rondônia o único distrito. O Município tem extensão territorial de 1.804,4 quilômetros e faz limite com os municípios Castanheiras ao Norte, Santa Luzia D'oeste e Alta Floresta D'oeste ao Sul, Pimenta Bueno, São Felipe e Cacoal a Leste, Novo Horizonte D' Oeste a Nordeste e está incrustado na Região

Centro-Sul do Estado e situa-se a uma altitude média de 261 metros (APARECIDA, p. 5) (Mapa 4).

Mapa 4. Localização de Rolim de Moura.



Fonte: IBGE. Elaboração da autora, 2017.

A dinâmica populacional rural-urbano em Rolim de Moura aponta que nas últimas décadas verifica-se um crescimento no contingente populacional urbano e, a população rural apresenta um grande decréscimo (Tabela 4), conforme Borsche (2016) no município de Rolim de Moura observa-se uma redução da população rural de 22.260 habitantes para um crescimento de 13.157 habitantes nos núcleos urbanos, conformando assim o que se denomina êxodo rural, mesmo esta região ter tido os

programas de assentamento e distribuição da terra. A estimativa populacional do IBGE para 2017 é de 57.074.

Tabela 4. Dinâmica da população urbana e rural em Rolim de Moura no período de 1991 a 2010.

Município	Urbano			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Rolim de Moura	28.272	34.421	41.429	31.479	12.961	9.219

o

Fonte: IBGE. Elaboração da autora, 2017.

Conforme Borche (2016), mesmo com a maior proporcionalidade de agricultores familiares em relação ao Estado, o território Zona da Mata, região onde Rolim de Moura juntamente com outros 6 municípios estão localizados, é atualmente o que apresenta uma concentração fundiária maior que a média estadual (Tabela 5).

Porém, Rolim de Moura é um dos municípios que apresenta um quadro de concentração fundiária bem abaixo do observado para o Território Zona da Mata. Em 2016 a média para concentração de terra era de 0,51, com a área média em torno de 40,9 hectares (Tabela 5).

Tabela 5: Concentração fundiária (Gini-Terras), número de estabelecimentos e área média (ha) dos estabelecimentos rurais nos municípios da Zona da Mata rondoniense (2016).

Municípios	Gini – Terras	Estabelecimentos	Área média
Alta Floresta D'Oeste	0,79	2.455	117,7
Alto Alegre dos Parecis	0,77	2.187	42,8
Castanheiras	0,63	2.467	52,4
Nova Brasilândia D'Oeste	0,52	1.210	77,9
Novo Horizonte do Oeste	0,47	1.776	83,1
Rolim de Moura	0,51	1.751	40,9
Santa Luzia D'Oeste	0,69	592	115,4
Zona da Mata	0,71	12.438	71,3
Rondônia	0,41	86.163	96,7

Fonte: Censo demográfico IBGE. Adaptação: Borsche, 2016.

Assim, o não êxito do projeto de estruturação do território que visava a conformação socioeconômica em que a maior parte da população estivesse fixada no campo, conforme Borsche (2016, p. 42), em parte pode estar ligado aos pequenos lotes, que em sua maioria eram inferiores a metade do módulo fiscal, insuficiente para a reprodução do núcleo familiar, assim como a baixa intensidade tecnológica produtiva.

Desse modo, os processos mais recentes para o crescimento econômico empreendidos se baseiam na agroindústria (em especial nos frigoríficos para o abate de bovinos), os serviços que ganham destaque na economia, e a recente entrada do agronegócio da soja (grãos), e ainda na dinâmica da atividade agrícola que se apresenta como suficiente para abastecimento do município, onde a cidade tem feiras todos os dias, cada dia em um bairro diferente (Tabela 6).

Tabela 6. Composição do Produto Interno Bruto (PIB) de Rolim de Moura ano 2014.

Participação Atividade Econômica no PIB (Preços correntes R\$ x 1000 unidade)		
Ano 2014	Atividade Econômica	PIB (R\$ X 1000)
	Agropecuária	76.229,00
	Indústria	188.638,00
	Serviços	384.973,00

Nota. Serviços engloba administração, saúde, educação pública e seguridade social.

Fonte: IBGE. Elaboração da autora, 2017.

2.2 O ciclo madeireiro

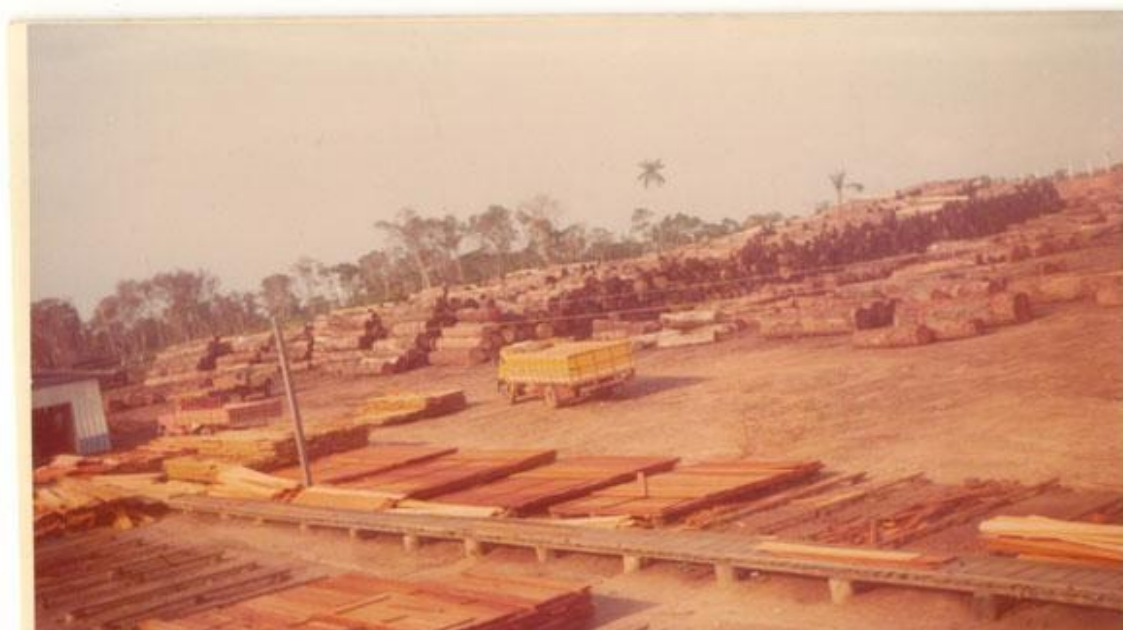
O período em que a madeira se tornou altamente rentável em Rolim de Moura, corresponde à década de 1970 chegando ao seu ápice na década de 1980. Nessa região, o setor já estava em atividade anteriormente, porém é no período coincidente com a migração e com as políticas de colonização que o setor se destaca.

O setor madeireiro em Rondônia foi dividido em dois polos, o município de Rolim de Moura estava no Polo I, juntamente aos municípios que correspondiam a área mais central do Estado, no qual o municípios que compunham era de Pimenta Bueno, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena; e o pólo 2 inclui Porto Velho, Ariquemes e Ji-Paraná.

A melhoria da rodovia BR-364 foi fator determinante para o sucesso do setor nesse período, pois com isso algumas empresas madeireiras de outras regiões do Brasil começaram a migrar se instalar em Rondônia, explorando no princípio apenas madeiras de lei de alto valor comercial.

As madeiras que passaram a ser exploradas eram o mogno, a cerejeira, o cedro rosa e o freijó. De acordo com estudo do SEBRAE (2000, p. 45) esse quadro limitado de espécies eleitas para a exploração perdurou até o final da década de 80. Nesse período havia empresas madeireiras de todos os portes e madeira de todas espécies, mesmo as de maior valor comercial, obtidas na proximidades, e era destinada a outros estados do Brasil e há outros países, nos quais a produção se desdobrava em toras e produção de madeiras serradas em pranchas e tábuas transferindo, por conseguinte, as etapas nobres do beneficiamento final da madeira, devidamente acompanhadas dos empregos, da renda e dos tributos que geram, para outras regiões do país.

Figura 1. Serraria em Rolim de Moura na época.



Fonte: Arquivo Histórico de Rolim de Moura.

Desse modo, o crescimento desse setor em Rolim de Moura e municípios próximos, nesse período, estava ligado a diversos fatores, como a sua maior proximidade ao Centro-Sul do país, o que atraía investimentos em produção de móveis que se destinam a abastecer outras regiões; a intensificação da migração; as barreiras para a entrada na atividade serem mínimas; e o tipo da madeira disponível.

Juntamente com Rolim de Moura, os municípios (Ariquemes, Ji-Paraná, Porto Velho, Pimenta Bueno, Vilhena e Cacoal) detinham 51,4% do total de empresas do setor industrial madeireiro de Rondônia em 1997.)

Com a escassez do tipo de madeira como o mogno em outros municípios, várias empresas fecharam e os donos se transferiram para outras regiões (ROCHA e BACHA 2000, p. 40). E Rolim de Moura foi um dos que atraiu as empresas madeireiras, onde se observa a seguinte dinâmica entre os anos de 1994 e 1997: no ano de 1997 das 100 empresas processadoras que compreendia os 4 municípios que compunham o polo I, 29 estavam em Rolim de Moura, e ainda das 139 moveleiras 40 estavam em Rolim de Moura. As moveleiras tiveram um aumento significativo de 94 para 97 de 40 moveleiras para 40, já as processadoras se mantiveram estável, sem aumento porém sem muita diminuição, onde no ano de 1994 eram 44 e em 1997 caiu para 29 (Tabela 7).

Tabela 7. Empresas de Processamento de madeira e Moveleiras no Polo I e em Rolim de Moura.

F

Anos	Processamento mecânico			Moveleiras	
	1985	1994	1997	1994	1997
Polo I	296	145	100	44	139
Rolim de Moura		44	29	9	40

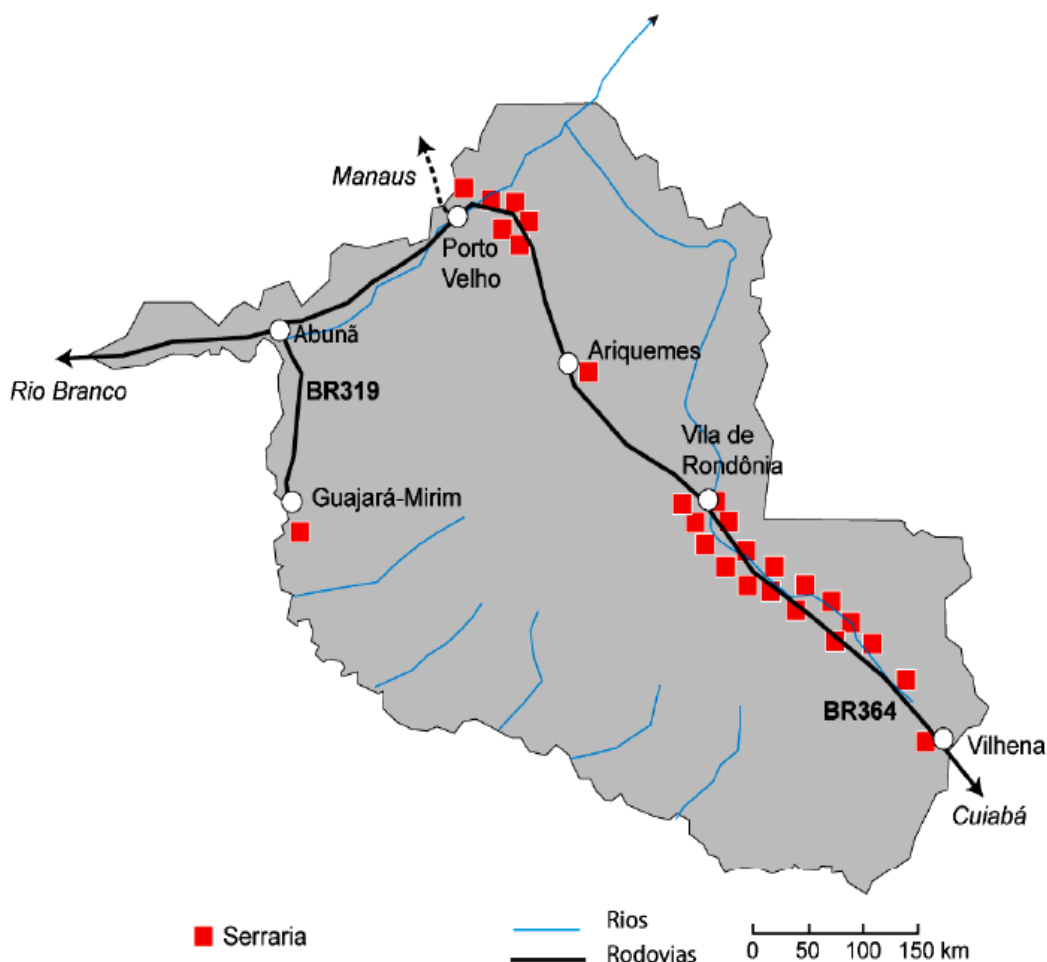
UFRRJ/IBDF (1988) e Fiero (1997). Elaboração da autora (2017).

Obs.: No ano de 1985 não estão incluídas as moveleiras.

Em 1993, a área desmatada correspondia a 87,17% do município, ou seja, a maior parte das propriedades rurais já ostentava um percentual desmatado maior que o permitido por lei. Nos municípios de Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho prevalece a

castanheira. Os principais municípios que detinham a indústria madeireira, ficavam em torno da Rodovia 364 (Mapa 5).

Mapa 5. Distribuição das indústrias madeireiras (serrarias) em Rondônia.



Fonte: IBDF/ACAA 1972. Elaboração: Hervé Théry, 2010.

No seu aspecto estrutural, a indústria extrativista de produtos madeireiros de Rondônia se dedicou as seguintes atividades:

[...] as serrarias – indústrias de desdobramento de madeiras; as laminadoras – indústrias de chapas; as indústrias de subprodutos de madeira – indústrias de beneficiamento, fabricação de artefatos de madeira (cabos de vassoura, pré-cortados); as fábricas de painéis de madeira – fábricas de compensados e outros; as fábricas de artigos de carpintaria – fábricas de carrocerias, bretes, balanças etc; as indústrias moveleiras (SEBRAE, 2000, p. 48).

As relações internacionais de início já estabelecem circuitos em Rolim de Moura, através do Consórcio Madeireiro e Exportação Ltda de Rolim de Moura, com a participação de nove serrarias, que passaram a exportar madeira para a Alemanha, Inglaterra e outros países da Europa (Prefeitura de Rolim de Moura, 1999).

Como havia poucas moveleiras, o mercado local era atendido por empresas do sul do país. A partir ligação com São Paulo através da BR-364 a exportação se tornou possível. A escassez de madeira no resto do país fez com que a madeira de Rondônia e Rolim de Moura tivesse um maior valor comercial, pela falta de concorrente.

A partir da década de 90, se inicia um movimento que faz pressões nacionais e internacionais sobre a exploração da Amazônia Brasileira, o que faz intensificar as ações de controle e de fiscalização, sobretudo por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão sucessor do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (SEBRAE, 2000, p. 46).

Neste contexto, o setor madeireiro adentrou em um profundo processo de ajuste à nova regulamentação, culminando com o fechamento de uma grande quantidade de empresas, tempo em que compeliu boa parte das remanescentes a buscar um novo perfil industrial, desta vez, caracterizado por um maior grau de beneficiamento, pela produção em série e pela ampliação da quantidade de espécies de madeiras exploráveis.

2.3 Os limites da agricultura e o desenvolvimento inicial da pecuária

A agricultura foi definida como a atividade principal a ser desenvolvida pelos colonos, a partir dos denominados projetos de colonização agrícola, que tinham a intenção por parte do governo militar a exportação dos produtos dessa produção.

Nesse sentido o desenvolvimento da agricultura no município de Rolim de Moura se deu a partir das técnicas de desflorestamento, que marca a primeira fase do trabalho agrícola, no qual era necessário derrubar a floresta, e tinha como principais ferramentas utilizadas o facão ou terçado para desbastar, a capoeira e o machado para derrubar as árvores grandes (Théry, 2010, p. 99). Conforme Théry (2010, p. 99), para preparar o roçado, era preciso deixar passar algumas semanas antes de incendiar o amontoamento de troncos e galhos derrubados para secá-lo. O fogo só

podia ser tocado durante a curta estação seca, de junho a agosto, quando o agricultor deveria saber escolher os dias favoráveis, pois se ele se apressasse demais, os entulhos da floresta não estariam ainda secos o suficiente e se ele demorasse seria prejudicado pelas chuvas precoces que podiam apagar o incêndio. Nessa região, assim como em outros lugares no mundo tropical, é entre os troncos e a lenha mal calcinados que continuarão a apodrecer lentamente, que se semeia, aproveitando as primeiras chuvas (Théry, 2010, p. 99).

Por conseguinte, após a primeira derrubada da floresta, com o solo fértil a cultura plantada se desenvolve, porém em muitas regiões depois da retirada da floresta original, essa camada fértil do solo só dura na primeira cultura, pois sem proteção da floresta, o solo exposto inicia o processo de lixiviação que é acelerado pelas frequentes chuvas. Esse processo se dá devido o solo ser basicamente formado por latossolos, podzólicos e plintossolos, o mesmo não detêm características de ser rico à vegetação existente, na verdade, o processo de precipitação é o que torna este domínio morfoclimático riquíssimo em floresta hidrófila e não o solo, como muitas pessoas pensam que é o responsável por tudo isto (Richter, Denis, 2009).

Estas características morfoclimáticas da Amazônia foram amplamente estudadas por Aziz Ab' Sáber, que fez a seguinte análise sobre os solos e os usos que se deram:

O solo foi formado por uma evolução integrada da floresta e de todos os seus componentes: os herbáceos, os subarbustivos e as grandes árvores etc. De tal maneira que o solo que a floresta engendrou não tem nada a ver com o solo que os agricultores pensam que vão encontrar quando devastam as florestas e queimam as toras para tentar fazer alguma agricultura. Nunca deu certo a agricultura extensiva, então os proprietários de terra entraram no domínio da agropecuária e, sobretudo, da pecuária mesmo. (Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. Entrevista a Dario Borelli et al. 2005, p. 15)

Dessa maneira, a limitação do desenvolvimento da agricultura está pautada nesses aspectos principais: físico químicas do território como abordado anteriormente e posteriormente ao diagnóstico da agricultura ser inapropriada devido as condições do solo, a falta de assistência técnica e delimitação de um plano de outras atividades viáveis para a região, desse modo acontece sem planejamento uma migração natural para as atividades pecuárias, principalmente por ser uma atividade que exige menos empenho, e ainda por certos tipos de pastos se desenvolverem no solo, porém é

importante ressaltar que atualmente a região Norte é tida como as que mais tem pastos degradados.

CAPÍTULO 3.

A ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA PECUÁRIA EM ROLIM DE MOURA NO PERÍODO RECENTE

3.1 A modernização do campo voltado à pecuária

O território brasileiro tem sido permeado nas últimas cinco décadas por intensa modernização. É a partir da década de 1960, com a denominada Revolução Verde que desde Washington estabelece as novas práticas no campo, os modos de fazer as atividades agrícolas e pecuárias, que passa a se constituir em um “conjunto de Inovações técnicas, mecânicas, físico-químicas e biológicas” (MAZZALI, 2000, p. 20).

Essas novas dinâmicas que se dão a partir da inserção da modernização no território brasileiro podem ser compreendidas através da estruturação do espaço geográfico no período pós segunda guerra mundial o qual Milton Santos (2014) denomina *período técnico-científico-informacional*, conforme ele:

“Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação.” (p. 238)

Nesse sentido, a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato.

Estes se materializam no território e lhe dão novas dinâmicas, criando novos circuitos espaciais de produção² e redefinindo a divisão social e territorial do trabalho. Conforme Santos (2010), a união da técnica, ciência e informação vai se dar sob a égide do mercado, que se torna global. Desse modo a globalização econômica, conforme Denise Elias (2005, p.4475), vai provocar profundas transformações no processo produtivo associado à agropecuária.

Essa produção do campo que passa a estar atrelada às normas do mercado internacional, segundo Santos (2000, p. 88), é denominada agricultura científica, responsável por intensas mudanças quanto à produção agrícola e à vida de relações. Nesta perspectiva, Denise Elias (2016), embasada em Santos (2000), coloca que, podemos falar de uma agricultura científica globalizada, pois esta tem uma referência planetária e recebe influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica.

Esse novo modelo econômico, técnico e social de produção agropecuária se apresenta muito mais produtivo e competitivo, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital (Elias, 2005, p. 4476). Isso se deve conforme Elias (2005):

[...] a revolução tecnológica que também atingiu essa atividade, e que passa a incorporar os principais paradigmas da produção e do consumo globalizados, acompanhando as transformações gerais do restante da sociedade. (Elias, 2005, p. 4476)

Desse modo, o modelo agropecuário ao se basear na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação visa aumentar e melhorar a produção e a produtividade, culminando em memoráveis transformações econômicas e, portanto, socioespaciais (ELIAS, 2005, p. 4476).

Nesse sentido, no que se refere ao processo de modernização do campo voltado à pecuária, Delgado (1985, p. 79) coloca que essa mudança técnica da produção da agropecuária brasileira se dá juntamente com a consolidação do complexo Agroindustrial, reproduzindo o paradigma do complexo agroindustrial norte-americano. Nesse sentido, segundo Mazzali (2000) o aprofundamento das

² A noção de *circuito espacial produtivo* enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (*circuito*) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (*espacial*) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (*produtivo*) (CASTILLO e FREDERICO, 2010 p. 463).

relações do setor agrícola com a economia urbano-industrial e o quadro internacional favorável para exportações permitiu o aumento da demanda de produtos agropecuários e a sua diversificação (MAZZALI, 2000, p. 18-19).

Portanto, conforme Delgado (1985) esse processo de modernização da agricultura ganha respaldo nas décadas de 1960 e 1970 com um sistema financeiro apropriado, o Sistema Nacional de Crédito Rural; a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura, realizadas através do II PND, e ainda uma certa folga nas transações externas (1985, p. 80). Dentro dessa mesma análise, Santos e Alves (2014) confirmam que a partir das reformulações técnicas e política/normativa do setor agropecuário brasileiro na década de 1970 se contribuiu para a consolidação dos chamados complexos agroindustriais.

Desse modo, temos toda uma conjuntura que se constituiu favorável ao desenvolvimento das atividades pecuárias, que têm sua maior rentabilidade na produtividade do gado de corte e está atrelada às agroindústrias.

Em Rondônia e, por conseguinte em Rolim de Moura, esses processos se iniciam juntamente com a modernização do campo no País, sendo este um dos alvos principais da implantação das políticas do Estado Nacional. Porém, a modernização em termos técnicos, científicos e informacionais nessa região não se dá com a mesma intensidade que no Centro-Sul. O que acontece é que o Estado se propõe uma colonização agrícola baseado na distribuição de terras, com o objetivo de diversificar a economia direcionada para a exportação, mas não conduz com uma assistência necessária e, em consequência, incentiva a formação do latifúndio e a marginalização dos pequenos proprietários de terra.

No período entre 1970 e 2006 houve um aumento significativo na área de pastagens. Em 1970 essa compreendia um total de 132.192 hectares e em 1980 a área de pastagens se expandiu para 752.837 hectares. 5 anos depois se dá uma ampliação ainda maior indo para 1.100.876 e no 2006 se dá um alargamento ainda mais expressivo para 5.064.261 hectares. Concomitante, o efetivo bovino tem aumento substancial no ano de 1985 tinha um total de 770.531 efetivo de bovinos e vai para 3.937.291 em 1995 e uma amplificação para 8.649.683 em 2006. Ao

mesmo tempo, a área plantada de lavoura cresce, porém é um crescimento bem baixo em comparação com as áreas ocupada pelas pastagens (tabela 8).

Tabela 8. Evolução da área com lavouras e pastagens e do efetivo de bovinos de corte em Rondônia (1970-2006).

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras (ha)	44.636	193.463	373.431	530.543	432.308	513.464
Pastagens (ha)	132.192	224.570	752.837	1.100.876	2.992.069	5.064.261
Bovinos	23.125	55.392	251.419	770.531	3.937.291	8.649.683

Fonte: IBGE, 2007.

Conforme coloca Mazzali (2000), esse processo acentua a heterogeneidade estrutural pois:

O lado moderno manifestou-se, de modo geral, por meio da crescente demanda por parte de um conjunto de atividades agrárias, de insumos industriais e de bens de capital e, de modo particular, na configuração de sistemas agroindustriais caracterizados pela forte articulação em torno de uma cadeia produtiva assentada em produtos agrícolas específicos, criados ou fortalecidos nos anos 70 (MAZZALI, 2000, p. 21).

Porém, conforme Mazzali (2000, p. 21), apoiado em Delgado (1993), o que acontece é que deixa-se em grande parte para trás a agricultura do Nordeste e a coleta e extração vegetal da Amazônia, que comparecem a esse processo de 'modernização' cumprindo papéis distintos, ora como reservatório contínuo de mão-de-obra migrante para o setor urbano (no caso do NE), ora como provedor de novas zonas de apropriação capitalista às terras e da exploração da floresta nativa (DELGADO, 1993a, p.17).

Segundo Pereira (2005, p.96), a produção é expandida nesses espaços recém abertos, que de algum modo já nascem modernos e racionalizados. Essa configuração se reproduz em Rolim de Moura nos períodos recentes, incorporando novas facetas características do sistema nacional e internacional que passa a ser

realizado com mais intensidade por parte das empresas, amparadas pela facilitação advindas do aparelho do Estado.

Essas facetas se desdobram tanto no crédito para a atividade agropecuária como nos incentivos para a instalação das empresas no território onde a atividade agropecuária mostrou bom desenvolvimento e atraiu as empresas que estruturam o circuito espacial produtivo do setor, dando destaque para as empresas frigoríficas.

No caso de Rolim de Moura, o avanço do circuito produtivo da agropecuária sobre a agricultura, advém das dificuldades históricas do município em estabelecer essa a prática agrícola, sendo hoje essa atividade realizada pelos pequenos e médios produtores e sendo destinada apenas para consumo interno. Assim, a pecuária é favorecida pelas grandes extensões de terra e, principalmente, pelos incentivos fiscais e vem se tornando um dos ramos produtivos mais importantes de grande escala do município. Inclusive, o Estado de Rondônia é hoje um dos grandes exportadores de carne do Brasil, estando no ranking como um dos mais bem colocados.

Os incentivos destinados ao setor vêm desde o período de 1965 e eram provenientes principalmente do Governo Federal, configurando 85% de investimentos, porém o sistema não se sustentou, e conforme Cavalcante (2008, p. 35) isso se deu, devido a crise fiscal que o governo atravessava, quando houve aumento das taxas de juros e introdução da correção monetária para empréstimos, o que desestimulou a demanda adicional por recursos. Atualmente, o crédito rural proveniente do setor público se estrutura principalmente através do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, é a partir desse programa que se elabora as linhas públicas para o crédito rural.

O financiamento rural pelo setor público advém dos programas como o Pronamp Rural (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) que provém crédito para custeio e comercialização a partir de 7,75% ao ano (BNDES, 2016, p. 166). E ainda do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que provê crédito para custeio e investimento a produtores individuais elegíveis, bem como para capitalização de cooperativas formadas por produtores pequenos e familiares (BNDES, 2016, p. 166).

Nesse segmento, o setor privado tem um aumento exponencial na participação desse mercado, se tornando o maior financiador do setor, porém dentro de diversas normativas, no qual o maior beneficiado são os grandes produtores.

Conforme Elias (2005):

A reestruturação produtiva da agropecuária [...] privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais, acarretando profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e na urbanização do campo (ELIAS, 2005, p. 4476).

Atualmente, os financiamentos destinados ao crédito rural em Rolim de Moura advém das seguintes instituições financeiras RolimCredi (Cooperativa Crédito Rural Rolim Moura); Sicoob Credip (Cooperativa de Crédito Rural); HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (Agência HSBC Rolim De Moura); Banco da Amazônia; Banco do Bradesco; Banco do Brasil, Banco Itaú, e Santander. Dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) mostram que bancos privados, traders, processadoras etc, compõem 72% do crédito rural no Brasil (BNDES, 2016, p. 185). A atividade pecuária é incentivada ainda através da Lei N. 1558 de 26 de dezembro de 2005 que concede incentivo tributário a estabelecimentos industriais localizados no estado de Rondônia cuja atividade principal seja:

I – abate e preparação de produtos de carne e de pescado (grupo 151 da CNAE FISCAL 1.1);

II – laticínios (grupo 154 da CNAE FISCAL 1.1), excluída a fabricação de sorvetes (classe 1543-1 da CNAE FISCAL 1.1);

III – confecção de artigos do vestuário (grupo 181 da CNAE FISCAL 1.1); ou

IV – Industrialização de artigos de couro.

V – industrialização da madeira (grupos 201 e 202, ou classe 0212-7 da CNAE FISCAL 1.1);

VI – aquela que atenda aos objetivos do Programa de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Mineral do Estado de Rondônia – PRODIC, instituído pela Lei Complementar nº 61 de 21 de julho de 1992 (SEFIN RO).

A lei traz no Art. 1º que o incentivo tributário consiste na outorga de crédito presumido de até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor.

Conforme Pereira, isso quando foi criado o Programa de Incentivo Tributário do Estado de Rondônia em 2000, voltado para qualquer atividade e em 2005 readequado com a criação da lei de Incentivos Tributários do Governo de Rondônia (nº1558/2005), que prevê a isenção de 60 a 95% do imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) por um período de até quinze anos para empresas de qualquer natureza, sendo a atividade industrial a que mais recebe incentivo (isenção de até 95% do imposto) (PEREIRA, 2011, p.114).

Nesse caso, segundo Pereira (2015) esta foi a condição para que a indústria leiteira e também a da pecuária de corte encontrassem em Rondônia um território viável à expansão destas atividades na Amazônia brasileira.

3.2 A dinâmica da produção leiteira

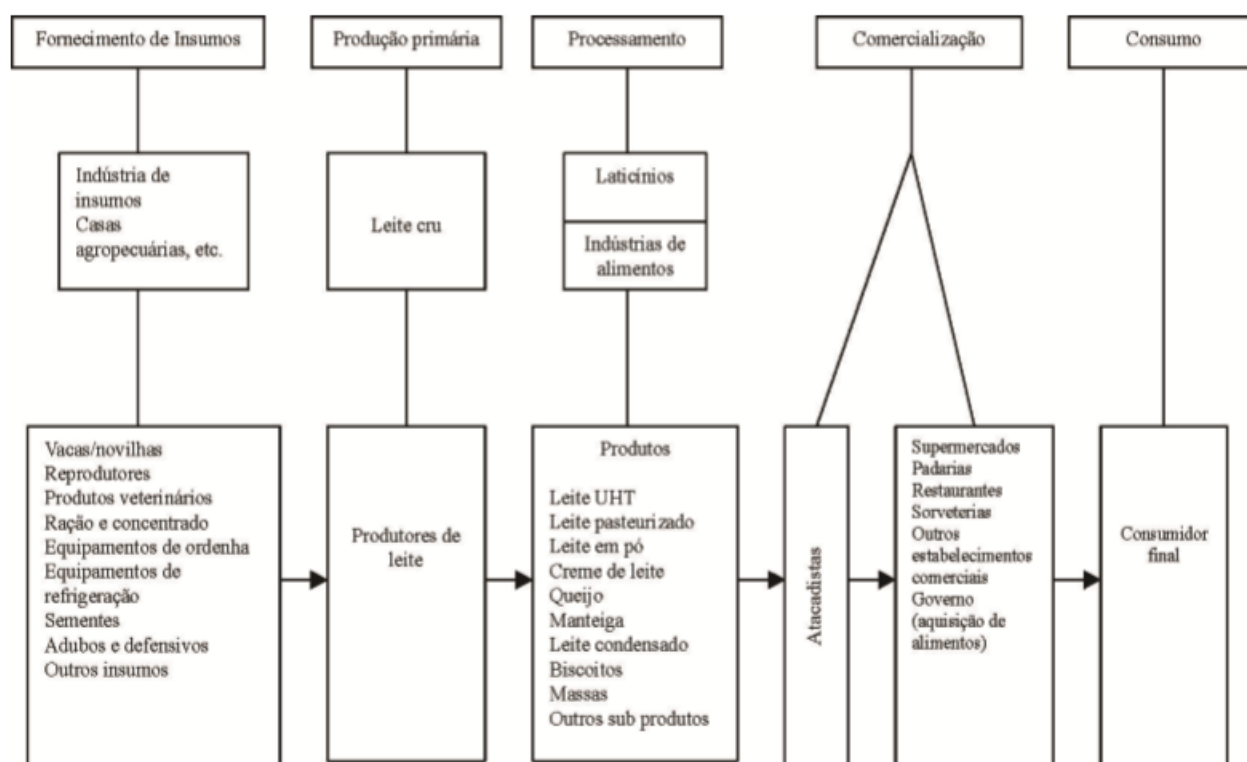
O estado de Rondônia situa-se nos últimos anos entre um dos grandes produtores de leite do Brasil. Conforme o IBGE entre 1998 e 2008, este teve um aumento de 94%, onde a produção passou de 372 milhões de litros para 723 milhões de litros, com aumento de crescimento em 8,54% (IBGE, 2008).

Esta atividade se caracteriza por ser em quase sua totalidade realizada em pequenas propriedades nos municípios do Estado, respondendo pela sustentação econômica básica de 34,3 mil famílias ligadas à agricultura familiar (SEBRAE, 2015).

Essa dinâmica é advinda do próprio sistema brasileiro, onde a produção é feita ainda em sistemas tradicionais de pequena escala com pouca ou nenhuma mecanização. Nesse sentido, o município de Rolim de Moura reproduz esses mesmos modos característicos produtivos.

O setor produtivo da pecuária de leite compreende uma dinâmica que se inicia nos insumos oferecidos ao produtor para o desenvolvimento do gado, posteriormente a cadeia se desenvolve no leite ser transportado para a indústria, onde se dão o processamento do leite e a produção de derivados, que em seguida vão para a comercialização, para ao final chegar no consumidor (Quadro 1).

Quadro 1: Fluxograma da cadeia produtiva da pecuária de leite.



Fonte: Embrapa, 2014.

Porém, mesmo sendo realizada dentro desses paradigmas, a atividade é dotada de alguns avanços no que se refere aos meios técnicos científicos e informacionais. Sendo as tecnologias ligadas a este circuito, o armazenamento refrigerado do leite cru, a pasteurização, o tratamento UHT e as embalagens esterilizadas. Conforme o SEBRAE (2005), outras tecnologias incluem a filtração por membrana, a evolução da biologia molecular, as interações moleculares e as tecnologias enzimáticas. A embalagem descartável e a tecnologia de prolongamento da vida dos produtos é predominante no setor.

No entanto, os produtores enfrentam alguns problemas estruturais, principalmente por ser uma atividade de pequenas propriedades. Entre as

dificuldades, destacam-se pequeno poder aquisitivo, os desgastes das pastagens, a aptidão genética e a baixa assistência, as dificuldades de adquirir o crédito rural ou a posse da terra.

A produção leiteira local atende ao próprio município e região, tendo apenas alguns derivados como queijos, manteiga, requeijão, doce de leite, leite pasteurizado e iogurte (Figura 2) sendo destinadas a alguns outros estados como São Paulo, Acre e Rio de Janeiro, nos quais o laticínio faz a própria distribuição.

Figura 2. Produtos Miraella.



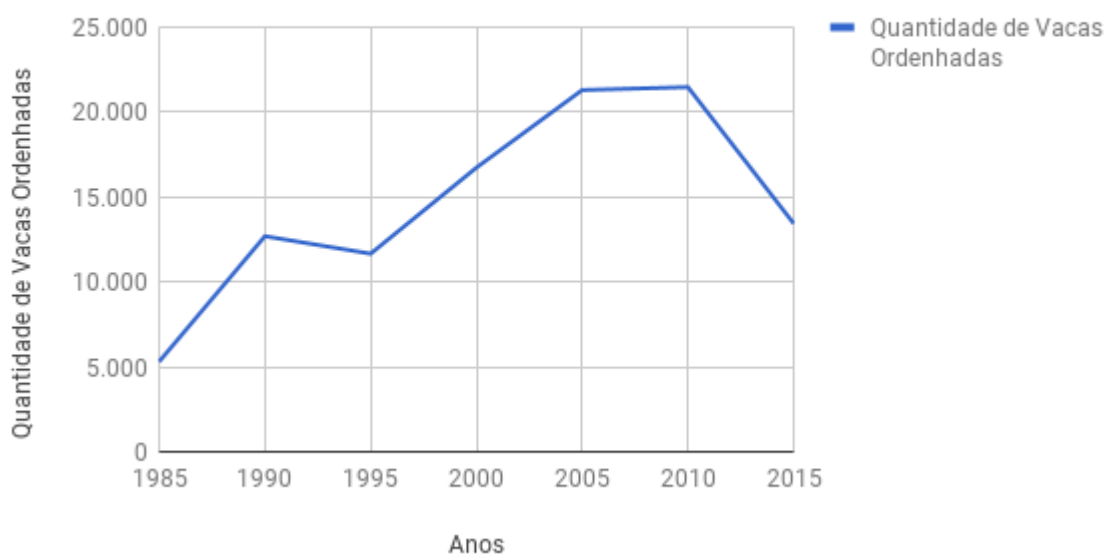
Fonte. Marcopolis report, 2013.

Desde os anos 1985 o número de vacas ordenhadas vem aumentando, enquanto no ano de 1985 o número 5.308, no ano de 1990 subiu para 12.693, e 16.731 no ano 2000, e se mantém estável nos anos de 2005 e 2010 com 21 mil vacas ordenhadas. Porém observa-se que há uma grande queda em 2015 indo para 13.440 (Gráfico 1) .

Um das relações que se pode estabelecer diante disso, é a expansão da fronteira agrícola no município, onde a soja tem chegado muito recentemente, e ainda a migração dos produtores para a pecuária de corte, devido ser uma atividade mais fácil.

Gráfico 1. Evolução da quantidade de vacas ordenhadas no município de Rolim de Moura entre 1985 e 2015.

Evolução da Quantidade de Vacas Ordenhadas no Município de Rolim de Moura entre 1985 e 2015.

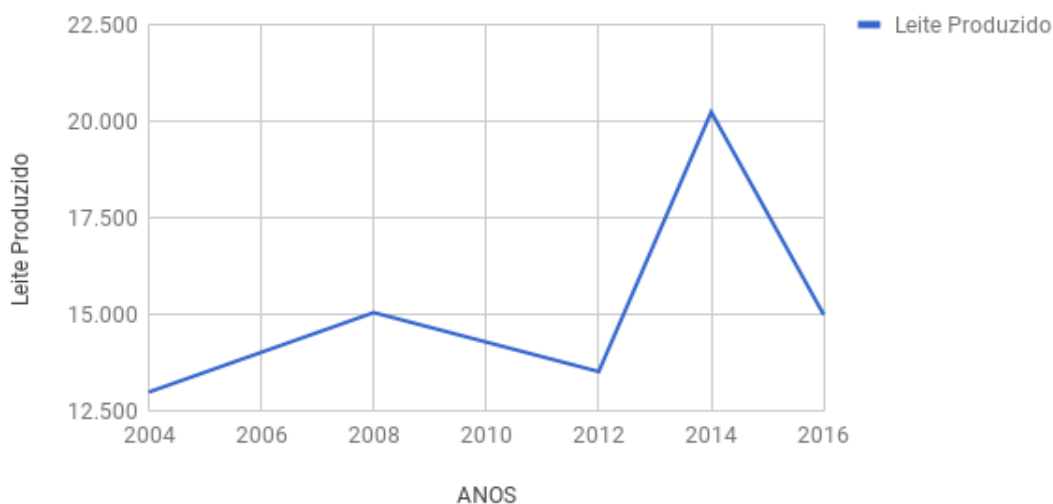


Fonte IBGE. Produção da Pecuária Municipal. Elaboração da autora.

A produção do leite é considerada baixa pelo laticínio, que avalia que há uma potencialidade não explorada por falta de adequação as técnicas mais modernas, onde segundo o entrevistado do laticínio miraella o desafio é aumentar a produtividade sem aumentar a área de pasto (Gráfico 2).

Gráfico 2. A quantidade de leite produzida em Rolim de Moura.

Quantidade de Leite produzido (em 1.000 litros) entre os anos de 2004 e 2016 no município de Rolim de Moura.



Fonte: SEBRAE, 2015. Elaboração da autora.

Nesse sentido, alguns dados mostram que durante o período de 2004 a 2012 a produção se manteve praticamente constante, onde o pico mais alto que foi em 2008 apresentou 15.045 litros. E nos anos posteriores já se observa um elevado aumento, onde em 2014 ano de maior produção teve um total de 20.237 litros e em 2016 14.988 litros.

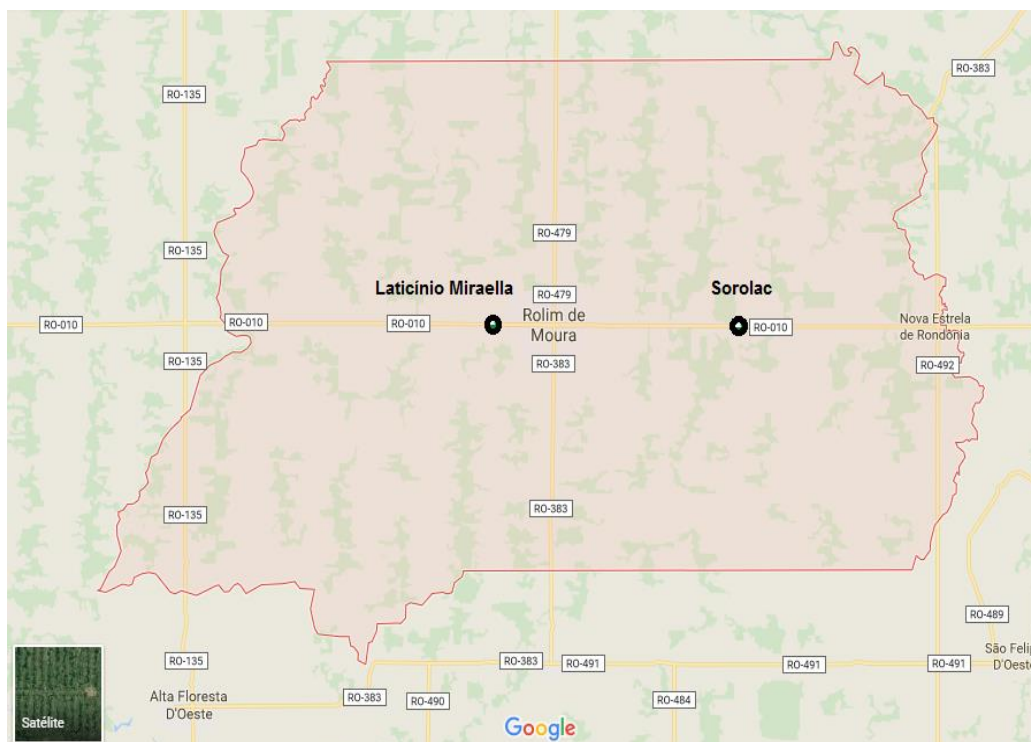
O município de Rolim de Moura abriga dentro dessa estrutura o Laticínio Santa Luzia d' Oeste (Figura 3), sendo conhecido como Laticínios Miraella, que está no município desde 1991, os mesmos donos tem posse ainda de uma processadora de soro no município, a Sorolac - Indústria de Concentração, Secagem e Produção de Leite em Pó, inaugurada em 2013 (Mapa 6). E ainda os possuem duas outras unidades nos municípios vizinhos; Novo Horizonte d'Oeste e Santa Luzia d' Oeste (Mapa 7), deste modo se faz necessário abordar não somente Rolim de Moura, mas os municípios em conjunto, pois as dinâmicas estabelecidas ultrapassam as divisas territoriais.

Figura 3. Laticínio Miraella em Rolim de Moura.



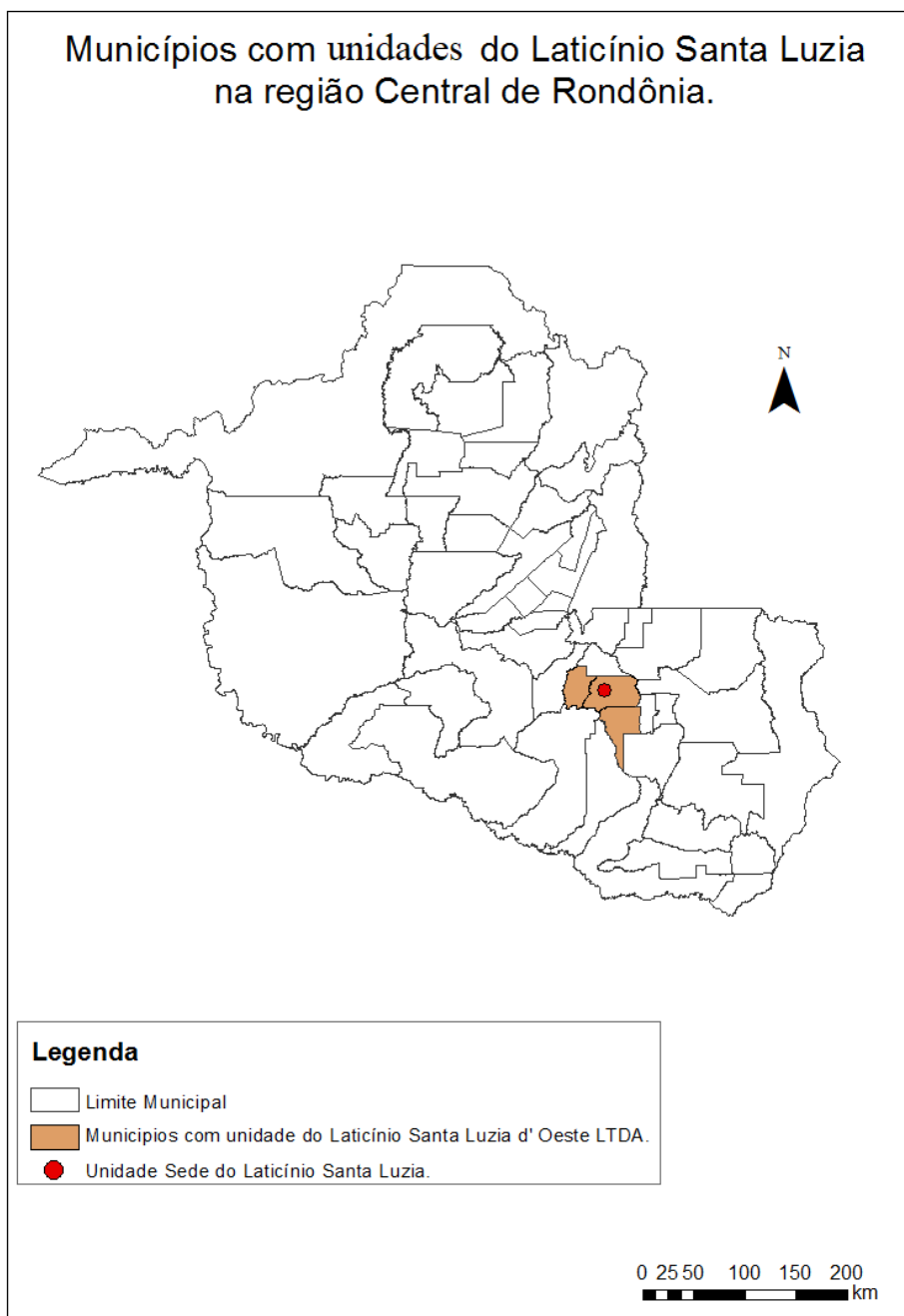
Fonte: Autoria Própria, 2017.

Mapa 6. Localização das indústrias Laticínio Miraella e Sorolac no Município de Rolim de Moura.



Fonte: Google maps. Adaptação da autora, 2017.

Mapa 7. Localização das unidades do laticínios Santa Luzia na região central de Rondônia.



Fonte: a autora, 2017.

O Laticínio Santa Luzia adquire leite de 10 municípios de Rondônia, sendo eles; Alta Floresta, Seringueiras, Castanheiras, Novo Horizonte, Primavera d'Oeste, São

Felipe, Rolim de Moura, Santa Luzia e São Miguel. A sede em Rolim de Moura tem um total de 60 funcionários, segundo o laticínio (2017).

A indústria Sorolac (Figura 4), tem capacidade de processamento de 200 mil litros de leite ou 400 mil litros de soro de leite ao dia, sua produção inicial em média foi 25 toneladas ao dia, conforme Pedro Bertelli, representante da empresa.

O circuito espacial produtivo da empresa tem sua origem no soro do leite de alguns laticínios do municípios do estado, que é transportado por caminhões-tanque até a área de recepção do produto na Sorolac, onde se dá o processamento do soro, que tem destino para outros Estados. A empresa emprega em média 100 trabalhadores.

Figura 4. Indústria Sorolac em Rolim de Moura.

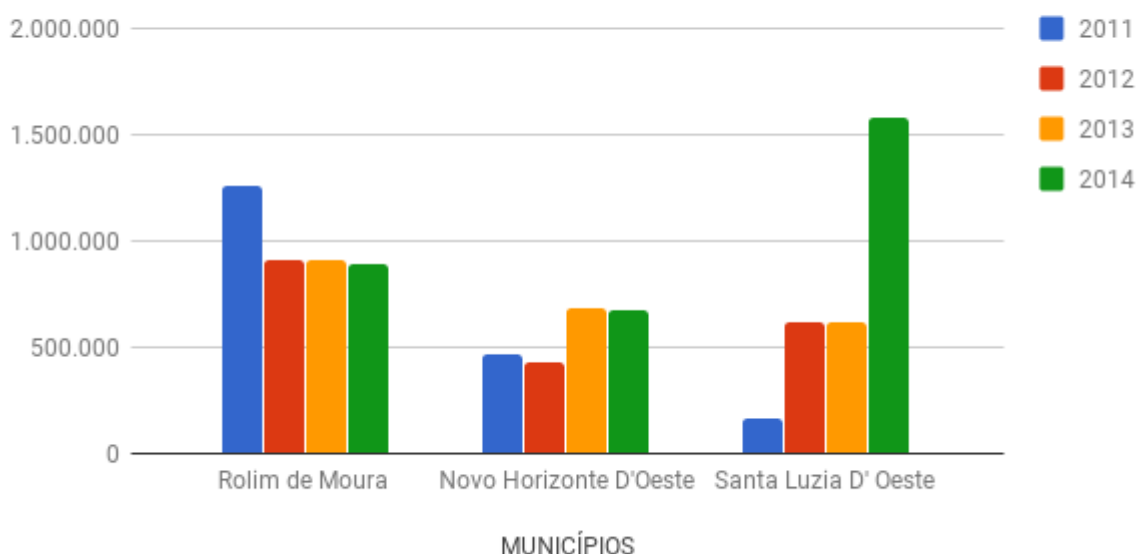


Fonte. a autora, 2017.

Os municípios sedes do laticínio Miraella no período de 2011 a 2014, conforme Banco da Amazônia (2015) receberam os seguintes valores de financiamento rural (Gráfico 3):

Gráfico 3. Financiamento Rural pelo Banco da Amazônia para a pecuária de leite nos municípios onde estão as unidades do laticínios Santa Luzia.

Financiamento Rural para a pecuária de Leite nos municípios entre 2011 e 2014



Fonte: Banco da Amazônia, 2015. In. SEBRAE. Elaboração da autora.

Nesse sentido, Rolim de Moura é o município que recebeu maior valor em financiamentos em 2011 sendo um total de 1.257.130 reais, em contrapartida o município que menos recebeu foi Santa Luzia sendo o valor de 162.496 reais.

Já nos anos seguintes, o financiamento para Rolim de Moura se mantém estável num valor variante entre 913.854 reais. Se observa ainda que tem-se um aumento para os outros municípios em 2013 e 2014, sendo um valor de 685.064 em 2013 e de 670.030 para 2014. E para Santa Luzia observa-se um aumento expressivo, de 614.170 em 2013 vai para 1.576.303 em 2014.

A principal assistência rural de origem pública em Rolim de Moura na qual os produtores de leite têm maior acesso é a EMATER, que atende em torno de 700 famílias, é uma empresa estadual que conta com os principais programas de assistência: Pró-leite, Crédito Rural, Licenciamento Ambiental, Sanidade Animal e Solo Fértil.

A assistência ao crédito rural se dá através do Programa Nacional de Crédito Fundiário e do DAP - Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf –, este é utilizado para identificar os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (EMATER).

Porém, conforme entrevista com técnico da EMATER do Município, esses programas de crédito rural não são tão eficientes devido à demora para liberar o dinheiro destinado ao produtor, podendo levar anos.

O principal programa que está relacionado a uma assistência mais técnica da produção em si, é o pró-leite que conta com os subprojetos: Projeto Inseminar, Projeto Granelização do Leite, Projeto de manejo de Pastagem e o Concurso Leiteiro.

O projeto Inseminar, conforme a EMATER destina-se a promover a melhoria do padrão genético do rebanho leiteiro, através da utilização da técnica de inseminação artificial, buscando com isso animais geneticamente melhorados tanto para produção leiteira quanto para aptidão de corte, e como consequência o aumento na produtividade e produção do rebanho, e posteriormente melhoria da rentabilidade econômica das unidades de produção agropecuária.

Entretanto, no que se refere a aplicabilidade desse programa é bem baixa com os pequenos produtores, por motivos da própria confiança do produtor nos técnicos e até mesmo pelas adequações que o produtor deve fazer e manter para estar no programa.

A inseminação artificial atualmente é uma das técnicas com maior capacidade para aumentar a produtividade, pois ela seleciona o gado que está apto cada vez mais cedo para as atividades destinadas a exploração econômica, seja de corte ou leite.

Já o projeto de Granelização, visa à implementação de tanques de resfriamento de leite de uso coletivo para a conservação e acondicionamento do leite (EMATER). Pode-se dizer que em Rolim de Moura, na atividade leiteira essa é a técnica com mais acesso. Como co-fator, o projeto de manejo de pastagem visa a recuperação e renovação de pastagens degradadas, para maximizar o uso da granelização, que são muitas no município.

Há ainda um programa do Laticínio Miraella desenvolvido com o SEBRAE, que visa atender cerca de 60 produtores de leite com consultorias especializadas neste

segmento, assim como em gestão da propriedade. Tendo como objetivo melhorar os índices de produtividade e competitividade entre fornecedores, além de estreitar o relacionamento com o laticínio, melhorando também a qualidade do leite entregue (SEBRAE, 2016). E ainda conforme o SEBRAE:

O projeto também contempla ações de capacitação desses produtores na melhoria de todo o processo produtivo do leite, desde a preparação do solo para a pastagem animal, passando pela ordenha, até a entrega do leite a granel através de tanques de resfriamento(SEBRAE, 2016)

Desse modo, setor da pecuária leiteira ao contrário da pecuária de corte não se apresenta tão estruturado no que se refere aos aparatos técnicos. Os problemas estão no manejo do rebanho, havendo dificuldades com transporte do leite (que resultam em altas perdas), o baixo valor agregado aos produtos lácteos e as dificuldades em condições contratuais e com padrões de qualidade (SEBRAE 2015, P. 64). E ainda, a baixa qualidade nutricional da alimentação dos animais, manejo sanitário inadequado, baixo padrão genético, longo intervalo entre partos, são fatores que contribuem para um menor rendimento médio do rebanho (IDARON, p. 2).

3.3 A dinâmica dos frigoríficos

As novas formas de estruturação estabelecidas recentemente no território advém das novas dinâmicas que as grandes empresas empregam. Neste contexto, o território é tido como um recurso a ser explorado, no qual os usos são feitos de acordo com seus interesses que são balizados pelo mercado internacional. Nessa lógica, essas empresas, segundo Nascimento (2001, p. 3), caracterizam-se por não manter compromisso estreito e duradouro com o lugar. Assim, as empresas passam a subordinar o território conforme seus interesses vinculados à ordem internacional. As grandes empresas usam o território a seu talante, isto é, de acordo com os fatores conjunturais favoráveis à realização de determinado tipo de produção e/ou consumo em cada lugar (NASCIMENTO, 2001, p. 1). É dentro dessa configuração que as empresas frigoríficas se inserem e se organizam no território do município de Rolim de Moura.

Nos últimos anos diversas empresas frigoríficas se instalaram no território rolimourense, iniciando uma espécie de rotatividade nas plantas existentes no município.

A planta industrial do Frigorífico Margem foi instalada no município nos anos 2000. A empresa já teve 82 unidades filiais distribuídas pelo território Brasileiro. O frigorífico abriu falência em 2008, porém a empresa não realizou o pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias aos funcionários. A empresa fechou ainda várias outras unidades em outras localidades, por motivos de que foi acusada de sonegar R\$ 150 milhões em tributos federais, estaduais e municipais e dívidas com o INSS. Onde foi alvo de várias operações da Polícia Federal. A empresa tentou retomar a planta industrial em 2015 com um novo CNPJ, com o nome de Frigorífico Total S/A, nesse processo os trabalhadores antigos fizeram manifestações contras e exigiram a não liberação de incentivos para a empresa.

Conforme noticiado em 2015:

A denúncia era de que os donos do frigorífico Total S/A, que tinham retomado recentemente a planta frigorífica que estava alugada para o Marfrig, eram os mesmos do antigo frigorífico Margem, inclusive vários diretores e gerentes eram da antiga empresa. Os trabalhadores exigiam que o Total S/A reconhecesse e pagasse as dívidas trabalhistas e de outros fornecedores e diziam ainda que iam cobrar do Governador Confúcio Moura e dos deputados estaduais para que não fosse concedido nenhum incentivo fiscal para o Total S/A enquanto esta não assumisse compromissos para quitação dos débitos dos trabalhadores (Jornal Rondoniagora, 2015).

No ano seguinte, em 2009, outro frigorífico “fechou as portas”, o Independência, que comprou um frigorífico em Rolim de Moura em 2007. Após tentar se recuperar com o pedido de recuperação judicial e não cumprir com o plano de recuperação, a empresa fechou não só a unidade de Rolim de Moura, mas várias outras no país. Segundo o Jornal GGN através de nota da AFBNDES (Associação dos Funcionários do BNDES), informou que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) teve um prejuízo de R\$ 418 milhões, em valores atualizados, com a compra de ações do frigorífico, em 2008. Na época, o BNDES adquiriu 21,8% do capital da empresa com aporte de R\$ 250 milhões (Caldeira. Jornal GNN, 2017). Três meses depois após concluir a operação, o frigorífico apresentou um pedido de recuperação judicial. A empresa não se recuperou e foi à falência (Caldeira. Jornal GNN, 2017).

Em 2010, a empresa Marfrig Alimentos S.A. obteve a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para o arrendamento de seis plantas do Frigorífico Margem S/A, no qual a planta na RO-02 km 02 de Rolim de Moura estava incluída (Figura 5).

Figura 5: Planta industrial do Marfrig em Rolim de Moura.

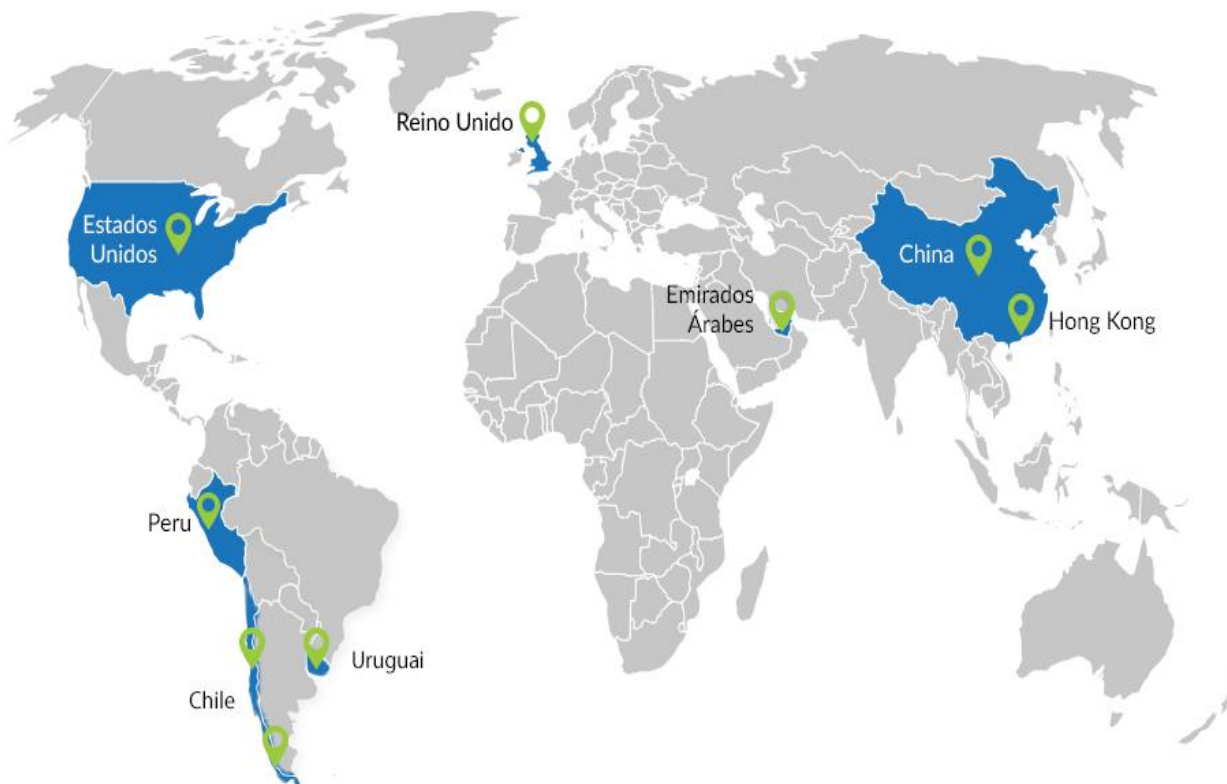


Fonte: Google Imagens.

Esta empresa é uma das maiores do Brasil no ramo, com 48 unidades comerciais de produção e distribuição instaladas em 12 países, sendo 9 unidades distribuídas pelos estados brasileiro; Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Rondônia e Pará. (Marfrig Global Foods) (Mapa 8).

A empresa foi beneficiada com incentivo tributário de 85% do imposto sobre relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS a ser utilizado no prazo de 120 meses (Diário do Estado de Rondônia, 2011, p. 17).

Mapa 8. Escritório de vendas do Marfrig Global Foods.



Fonte: Marfrig Global Foods

A unidade fechou no município em setembro de 2015. Conforme nota seria devido o frigorífico Margen entrar com ação para a recuperação da planta industrial. Foram demitidos cerca de 850 funcionários. Posteriormente, o frigorífico foi condenado a pagar mais de 6,8 milhões a título de dano moral pela vara do Trabalho de Rolim de Moura. Conforme veio a público a empresa cometeu as seguintes irregularidades trabalhistas:

- ausência de concessão dos intervalos térmicos;
- ausência de pagamento adicional de insalubridade;
- prorrogação da jornada de trabalho além das duas horas extras diárias permitidas legalmente;
- e prorrogação da jornada de trabalho em atividade insalubre (Diário da Amazônia, 2016).

Sobre esta problemática vale observar ainda o seguinte:

O magistrado da Vara do Trabalho de Rolim de Moura, Wadler Ferreira, que julgou o pedido, ressaltou que “em pesquisa no sistema de

acompanhamento processual interno da VT de Rolim, verifica-se até o dia 2 de maio de 2016 havia uma quantia de 1323 ações judiciais em face da empresa reclamada...” (Fonte: TRT24 in Agência de Notícias da Justiça do trabalho).

No mês de março de 2011, se instala no território a empresa Alfa Indústria e comércio de carnes, a unidade pertencente ao grupo Tennessee, de São Paulo. O frigorífico se estabelece na planta do Frigorífico Independência localizado na Rodovia 010, Km 5,5, s/n, Zona Rural de Rolim de Moura (Figura 6). A planta tinha capacidade para abater 550 cabeças por dia, mas nos três primeiros meses o frigorífico trabalhou apenas com 300. A empresa empregou diretamente apenas 280 funcionários.

Assim como os outros frigoríficos o Alfa recebeu incentivos tributários através da lei N. 1558 de dezembro de 2005, que outorga até 85% de incentivos do valor do ICMS.

Figura 6. Entrada da planta industrial do frigorífico Alfa.



Fonte: Google Imagens.

O frigorífico transferiu a planta para a JBS em novembro de 2012, assumindo todas as responsabilidades pelos créditos tributários e não tributários, assim como, os que viriam a ser constituídos, e os que não foram pagos (Diário Oficial do Estado de Rondônia, 20013, p. 62). A JBS, foi inaugurada em Goiás em 1953, e é uma das maiores empresa alimentícias do mundo, atuando em 22 paíse e 5 continentes (entre



Marcas reconhecidas mundialmente



12

Fonte: JBS

Em sua instalação em Rolim de Moura a JBS S.A. recebeu benefícios fiscais através da lei de incentivo tributário (Figura 8) e financiamentos públicos, através do BNDES que totalizaram R\$ 7,5 bilhões, que conforme a Procuradoria do Trabalho no Município de Ji-Paraná/RO o montante foi utilizado para aquisição de empresas do ramo no exterior, enquanto a mesma empresa fecha postos de trabalho no Brasil (MP Ji-Paraná, Ação Civil Pública. p.3).

Figura 8. Placa informando sobre os incentivos recebidos pela empresa na unidade de Rolim de Moura.



Fonte. Autoria própria, 2017.

O unidade do frigorífico em Rolim de Moura fechou em 2015, e fez demissão em massa de 495 trabalhadores (CAGED) no mês de Julho, o encerramento das atividades na unidade em Rolim de Moura foi feita sem prévia negociação coletiva com o sindicato da categoria (SINTRA-ALI). Não houve sequer informativo aos funcionários que a empresa estava fechando, sendo pegos de surpresa. Nesse sentido o Ministério Público entendeu que o frigorífico violou os mais básicos direitos dos trabalhadores e prejudicou todo o município.

A empresa foi condenada a pagar 38 milhões de indenização. Conforme o Ministério Público:

O Ministério Público do Trabalho requer a condenação do requerido ao pagamento do montante não inferior a R\$ 38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil reais) pelos danos morais causados à coletividade, valor equivalente à soma do impacto causado à coletividade em um ano com 0,01% do lucro líquido do grupo JBS nos últimos 12 meses, quantia a ser revertida para projetos e instituições/órgãos públicos que atuem na defesa dos interesses dos trabalhadores no âmbito do Município de Rolim de Moura, conforme apontamento do requerente no momento processual adequado. Esclarece-se que o valor acima pretendido foi obtido tomando em conta um ano do valor dos salários que deixarão de circular no município por um ano mais a perda de arrecadação do Município com o fechamento da planta industrial (MP Ji-Paraná, Ação Civil Pública).

Atualmente a planta que era ocupada pela JBS está fechada e outras duas empresas ocupam as duas outras plantas industriais do município, sendo o Frigorífico Distriboi e a empresa Minerva Foods.

Em outubro de 2016, a empresa Distriboi - Indústria, Comércio e Transporte de Carne Bovina Ltda, teve a aprovação do recebimento de 75% de incentivos tributários para sua instalação no município de Rolim de Moura com a duração de 180 (cento e oitenta) meses. O frigorífico abatia no ano de 2016 em torno de 400 cabeças boi/dia.

O frigorífico é de origem da cidade de Camburiú - SC, faz distribuição para o Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. A empresa não disponibiliza muitas informações, porém acerca da unidade de Rolim de Moura a empresa exporta para vários países, sendo estes Argélia, Chile, Cuba, Irã, Malásia, Paraguai, Ucrânia, Uruguai e Venezuela (MAPA/SDA/DIPOA/SIF 2017).

Atualmente, além do frigorífico Distriboi, está também em Rolim de Moura o frigorífico Minerva, inaugurada em 2010, que se diferencia dos outros por não ocupar plantas industriais já existentes e sim trazer para o município mais uma planta frigorífica. Estes e outros aspectos do Minerva serão tratados a seguir.

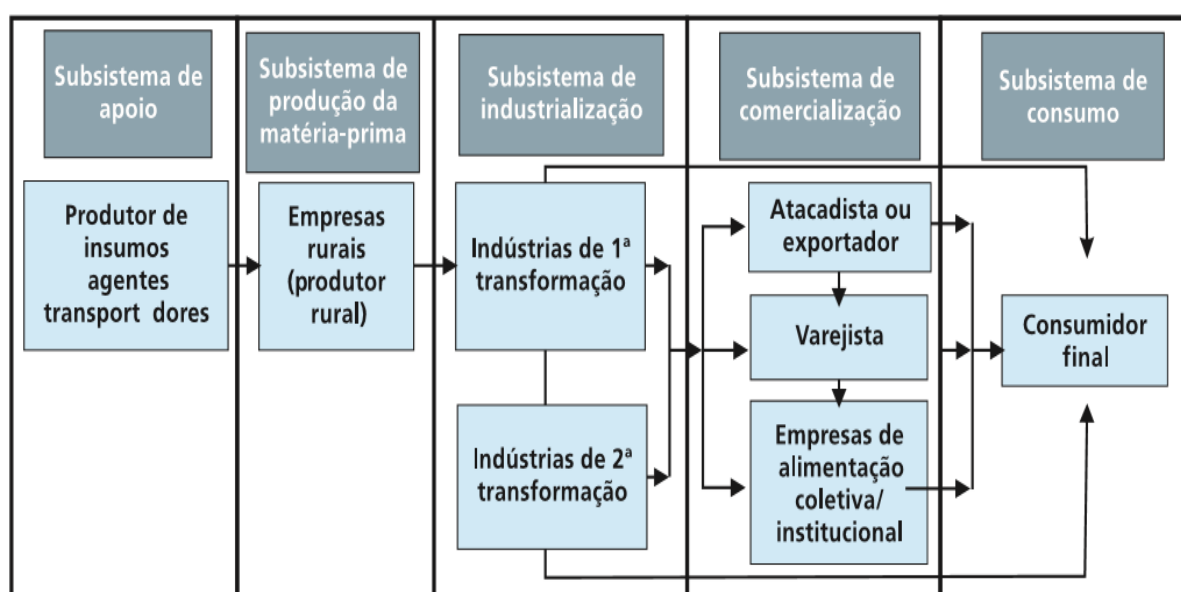
3.4 O frigorífico Minerva Foods e seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação

O circuito espacial produtivo relativo à agropecuária do período recente em Rolim de Moura estabelece uma dinâmica que combina tendências gerais da agroindústria e aspectos particulares que são inerentes à dinâmicas locais do território.

Conforme Santos e Silveira (2001) cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica. Visto assim, o território aparece como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 290). Nesse sentido, se faz necessário compreender as relações que a pecuária estabelece através dos fluxos e fixos como empresa frigorífica Minerva Foods que estabelece uma relação de dimensão econômica a nível internacional a partir do território local rolimourense.

Assim, as noções de circuito espacial da produção e de círculos de cooperação no espaço se fazem essenciais para a leitura dessa dinâmica, pois permitem verificar a interdependência dos espaços produtivos, captando a unidade e a circularidade do movimento. Conforme Castilho e Frederico (2010, p. 464-465), os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, em um movimento permanente (Figura 9).

Figura 9. Esquema de como se dão as relações de uma agroindústria no geral.



Fonte: Buainain e Otávio (2007) Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os círculos de cooperação no espaço, permitem compreender as instâncias da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, especialmente segmentadas, da produção. (CASTILLO; FREDERICO. 2010. p.464-465)

A articulação desses dois conceitos possibilita a compreensão do circuito produtivo da pecuária em Rolim de Moura e os círculos de cooperação que este gera e se insere. Esta compreensão a partir dessas duas noções se faz necessária

devido a configuração atual do território neste período de globalização e as novas dinâmicas que passam a ser estabelecidas pelos agentes em escala global.

Conforme Castillo e Frederico (2010):

“[...] os círculos de cooperação transcendem o território brasileiro, envolvendo uma diversidade de Estados, empresas e agentes financeiros internacionais. As relações estabelecidas entre os diversos agentes vão desde a pavimentação de rodovias, transporte e armazenamento dos grãos, até o financiamento agrícola e aplicações financeiras em Bolsas de Valores nos Estados Unidos e Europa.” (CASTILLO; FREDERICO, 2010. p.470)

Nesse caso, o território passa a ser organizado a partir dos interesses das grandes corporações e com a colaboração do Estado, passando a abrigar etapas do processo produtivo que vão além das fronteiras. Assim, segundo Castillo e Frederico (2010, p. 470) os “lugares e regiões se especializam em determinadas etapas de diferentes circuitos espaciais produtivos, ampliando a divisão territorial do trabalho e tornando-se submissos a ordens e lógicas externas.” (CASTILLO; FREDERICO, idem).

Dentro desse contexto, a dinâmica da agropecuária em Rolim de Moura estabelece relações que se diferenciam, no sentido em que predominam os pequenos lotes rurais. Nesse sentido, algumas etapas do processo produtivo do animal de corte são feitas por pequenos proprietários, essa etapa refere-se a cria e recria, que diz ao crescimento do período do nascimento até a desmama (fase pré-adolescência). Esta etapa, apesar de exigir suplementação, pode ser realizada sem muitas demandas técnicas e científicas, ao contrário da fase de engorda e terminação do animal que demanda grandes quantidades de suplementos, além de extensas áreas de pastagem ou confinamento.

A fase da engorda e término do animal é geralmente feita pelos confinamentos e pelos grandes proprietários de terras, os fazendeiros, onde muitos possuem propriedades principalmente nos municípios vizinhos, mas moram em Rolim de Moura e vendem o gado para os frigoríficos do Município. Isso pode ser observado no trabalho de campo realizado, por exemplo, uma empresa de suplementação animal colocou que a maioria das notas que ele emitem de vendas de ração é para

proprietários em municípios vizinhos. E o modo de produção animal predominante é o extensivo e semiextensivo.

Desse modo, a relação que se constitui é que os pequenos proprietários vendem o animal depois da fase de cria e recria para os fazendeiros e para os confinamentos regionais, onde estes realizam a fase engorda e de terminação dos animais. Atualmente, o bezerro de corte é comercializado no valor de 1.000 reais, já o animal terminado o valor é de 126 reais a arroba, e o frigorífico compra o animal em média com 18 , assim este possui um valor aproximado de 2.268 reais.

Tal dinâmica é característica do sistema atual capitalista e das diretrizes do aparelho do Estado Brasileiro acentuando as desigualdades socioespaciais na região, processo este que se estabelece a partir da própria estruturação do território do município, que teve início com o modo que foi feita a divisão das terras nos programas colonização iniciados na década de 1970, como visto anteriormente.

No que se refere aos confinamentos, um é do frigorífico Minerva Foods, que tem rotatividade semestral de aproximadamente 14 mil animais fechados. Conforme a empresa BigSal, que oferece a suplementação ao confinamento, o sistema que se estabelece é o seguinte:

Além de realizar a engorda de animais próprios, o Minerva realiza a terminação em parceria, onde as arrobas dos animais na entrada do confinamento são do pecuarista (com base em 50% de rendimento), enquanto as arrobas ganhas no cocho são do Minerva. O pecuarista receberá na saída dos animais do confinamento para o frigorífico o valor de mercado do dia ou o que foi acertado a termo ou ainda o produtor poderá travar o preço da arroba durante o período que o boi estiver no confinamento, de acordo com o preço de mercado no dia (BIGSAL, 2014).

Nesse caso, o frigorífico determina que na compra do animal, o mesmo deve estar entre 12 e 14 arrobas e na saída para o abate o animal deve estar pesando aproximadamente 18 arrobas. Em 2014, no total de animais no confinamento 30% eram do próprio frigorífico e 70% dos pecuaristas de Rolim de Moura e região, pois o frigorífico tem uma abrangência de compra no raio de uns 200 km a partir da unidade frigorífica em Rolim de Moura (Figura 10).

Figura 10: Confinamento do Minerva Foods.



Fonte: Empresa Bigsal.

Além desse confinamento em Rolim de Moura a empresa possui ainda outros confinamentos distribuídos no território (mapa 10).

Mapa 10: Localização das operações da empresa Minerva Foods, incluindo confinamentos e plantas de abates.



Fonte: Minerva Foods 2013.

O outro confinamento é do Grupo Cassol³, na Fazenda Bacurizal, no município de Santa Luzia D'Oeste, no qual tiveram as atividades iniciadas no ano de 2012, com capacidade para 7500 cabeças na primeira etapa. O gado se mantém confinado no período de estiagem da região, entre os meses de abril a outubro. O Grupo Cassol conta ainda com um silo armazém e um secador da Kepler Weber, com capacidade para armazenar 40 toneladas de grãos. O silo auxilia no processo de nutrição do gado em confinamento (Grupo Cassol).

Atualmente, em Rolim de Moura encontra-se instalado uma unidade industrial da empresa frigorífica Minerva Foods, companhia que destaca-se como uma das maiores produtoras e exportadoras, é a segunda maior empresa exportadora de carne do Brasil, contém 26 plantas industriais, sendo 11 no Brasil que têm capacidades de abate de 11.880 cabeças de gado por dia e de desossa de 14.928 cabeças ao dia, e conta com 14 Centros de Distribuição, no qual a capacidade de distribuição engloba 1.600 cidades e 27.000 clientes localizados no Brasil (Site Minerva Foods, acesso em novembro de 2017) (Mapa 11).

³ O grupo Cassol é da Família do Ivo Cassol, que já foi prefeito de Rolim de Moura, governador de Rondônia e atualmente é Senador da República. O Grupo é de origem catarinense, chegou em Rondônia entre 1976/1977 no qual exerceu atividade no ramo madeireiro, depois passou para o setor de energia, onde têm a propriedade de 5 PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas) nos municípios ao redor de Rolim de Moura onde fica a sede administrativa do grupo, e atualmente se estabeleceram no ramo da pecuária no município.

Mapa 11. Minerva Foods no mundo.

Minerva Unidades Industriais

Brasil

- ▲ Araguaína – TO
- ▲ Barretos – SP
- ▲ Batayporã – MS
- ▲ Campina Verde – MG
- ▲ Goianésia – GO
- ▲ José Bonifácio – SP
- ▲ Janaúba – MG
- ▲ Mirassol D'Oeste – MT
- ▲ Palmeiras de Goiás – GO
- ▲ Rolim de Moura – RO
- ▲ Várzea Grande – MT

Paraguai

- ▲ Assunção – Assunção
- ▲ Belén - Belén
- ▲ Expacar – Assunção
- ▲ Friasa – Assunção
- ▲ Frigomerc – Assunção
- ▲ San Antonio - San Antonio

Uruguai

- ▲ Canelones S.A. - Canelones
- ▲ Carrasco – Montevideu
- ▲ Pul – Melo

Argentina

- ▲ Swift Argentina – Berazategui
- ▲ Swift Argentina – Colonia Caroya
- ▲ Swift Argentina – Pontevedra
- ▲ Swift Argentina – Rosário
- ▲ Swift Argentina – Venado Tuerto

Colômbia

- ▲ Red Cárnica – Córdoba

Centros de Distribuição

Brasil

- Aparecida de Goiânia – GO
- Araraquara – SP
- Belo Horizonte – MG
- Brasília - DF
- Fortaleza – CE
- Cariacica - ES
- Recife – PE
- Taboão da Serra - SP
- Uberlândia – MG

Paraguai

- Assunção

Chile

- Concepción
- Santiago

Colômbia

- Bogotá

Argentina

- Pilar

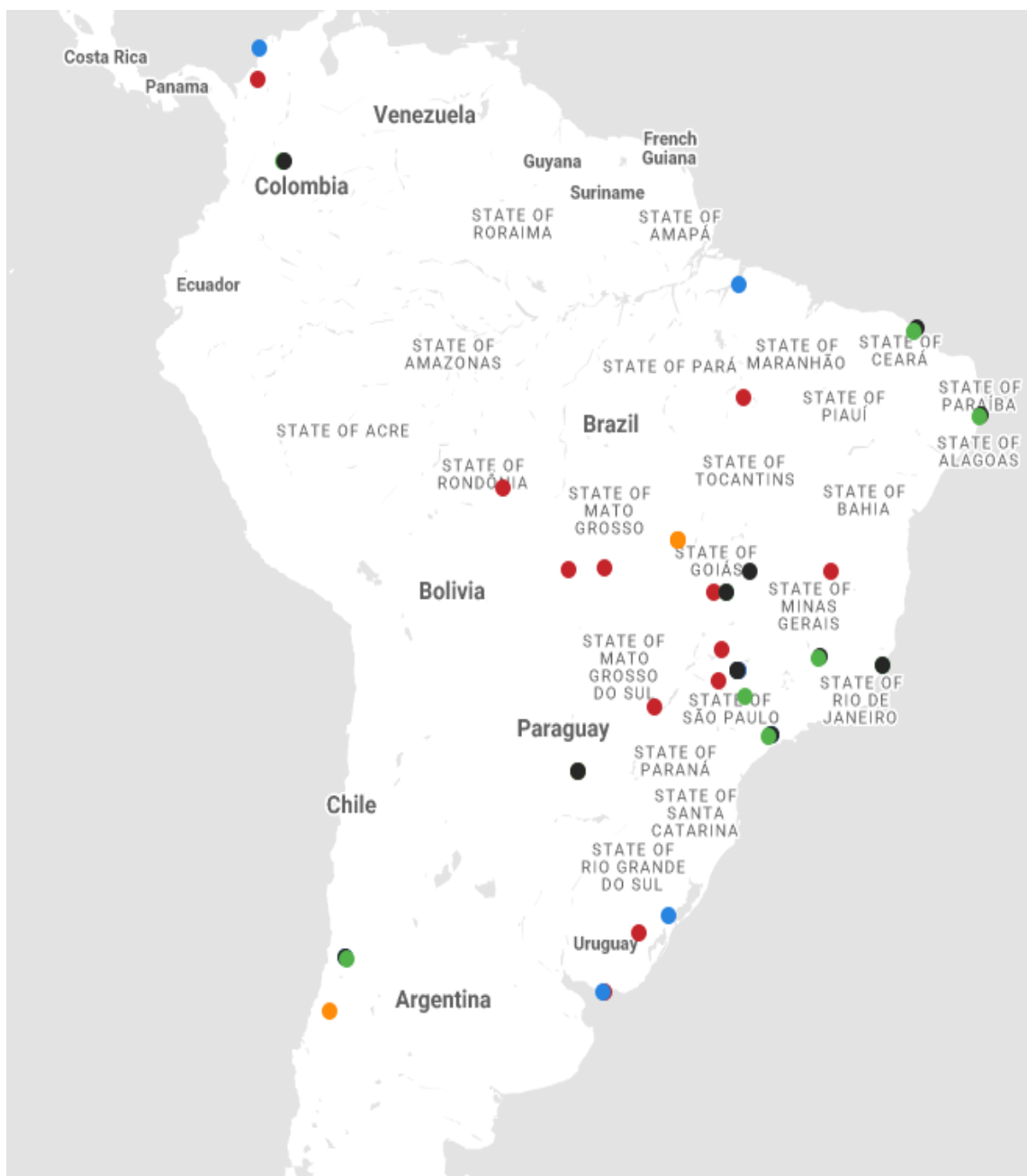
Escritórios Internacionais

- | | | |
|-------------|------------------|----------|
| ● Argélia | ● Estados Unidos | ● Rússia |
| ● Austrália | ● Egito | |
| ● Chile | ● Europa | |
| ● China | ● Irã | |
| ● Cingapura | ● Líbano | |
| ● Colômbia | ● Nova Zelândia | |



A empresa tem unidades industriais e escritórios em alguns países da América do Sul, sendo 6 no Paraguai, 3 no Uruguai, 1 na Colômbia e 5 na Argentina (Mapa 12).

Mapa 12: Presença da Minerva Foods Company na América do Sul.



Pontos no mapa

- Unidades Industriais
- Escritórios Internacionais
- Centros de Distribuição
- Negócios Relacionados
- Escritórios Comerciais

Fonte. Minerva Foods. Adaptado pela autora.

Além da produção e comercialização da carne, a empresa se estabelece em vários setores do agronegócio e agroindústria:

- (i) produzir, comprar, vender, importar e exportar carne, miudezas e carne bovina, porco, produtos e subprodutos de aves e outros produtos de proteínas animais;
- (ii) abrir, criar e operar matadouros, plantas de embalagem de carne e plantas industriais cujo objetivo é produzir e preservar, por qualquer processo aplicável, carne e outros produtos decorrentes do abate de animais de qualquer tipo;
- (iii) comprar, vender, importar ou exportar gado bovino, porco, aves e outras proteínas animais, abatidos ou abatidos, bem como seus produtos, sejam eles frescos, fabricados ou processados de qualquer forma;
- (iv) construção e montagem, por conta própria ou por meio de terceiros, máquinas e equipamentos para preparar carne e seus subprodutos;
- (v) explorar o armazém e depósito de negócios, especialmente unidades refrigeradas, para carne e seus subprodutos comestíveis, bem como outros produtos perecíveis; (vi) construção, nomeação ou atuação como agente ou representante de plantas, armazéns, fábricas e produtores de embalagens de carne (Minerva Foods).

Desse modo, conforme Bezerra (2006, p.1):

Para os frigoríficos, a logística começa desde a chegada do gado até a sua descarga para o abate e posterior desossa. Envolve etapas referentes aos cortes (que pode variar de acordo com cada comprador), à embalagem da carne, à conferência do produto e à expedição da carga nas carretas para ser distribuída, tendo como destino o mercado interno ou externo.

Dentro dessa dinâmica, Bezerra coloca que há mudanças ocorrendo no setor, estas consistem principalmente na captação da matéria prima (encaminhamento dos animais para o abate). Os grandes frigoríficos migraram da região, passando a alocar o seu complexo industrial próximo às unidades produtoras, onde recolhem os animais para o abate num raio de 200 quilômetros (idem). A unidade do Minerva Foods de Rolim de Moura mantém algumas dessas características, mas o grande desafio é a distância dos principais portos.

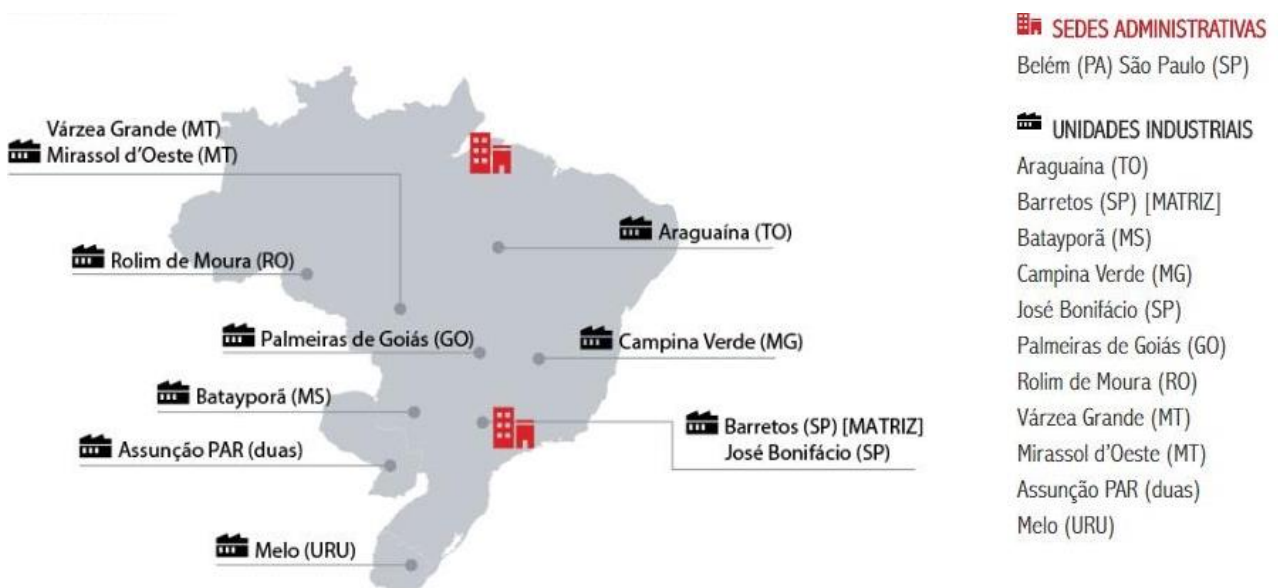
A empresa possui escritórios internacionais nos seguintes países: Argélia, China, Chile, Estados Unidos, Irã, Líbano e Rússia (Mapa 13). Os escritórios com funções administrativas e comerciais no Brasil ficam em São Paulo (SP) e Belém (PA) (Mapa 14).

Mapa 13. Localização dos escritórios internacionais da empresa Minerva Foods.



Fonte: Minerva Foods.

Mapa 14. Unidade industriais e sedes administrativas em território brasileiro.



Fonte: Minerva Foods.

Neste contexto, a unidade instalada em Rolim de Moura ocupa uma planta nova que começou a ser construída em 2007, a empresa foi inaugurada em 2010, e conta com incentivos fiscais de 85% do governo do estado através da lei de Incentivo Tributário (nº1558/2005), o concessão foi estabelecido em 2007 com o prazo para 120 meses (Figura 11 e 12).

Figura 11. Divulgação do incentivo fiscal recebido pela empresa Minerva Foods do FDA-Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.



Fonte: a autora, 2017.

Figura 12. Placas com indicativo dos incentivos recebido pela empresa Minerva Foods.



Fonte: a autora, 2017.

O prazo vigente para o vencimento da concessão é o ano atual, 2017, porém ao que parece houve renovação, onde o que intriga é a mudança do nome da empresa, ao qual o documento informa a transferência de titularidade de uma para a outra como se segue:

ATO Nº 010/2017/PRESIDENTE DO CONDER

Dispõe sobre a Transferência de Titularidade do Incentivo Tributário da Empresa MINERVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S/A, para a empresa MINERVA S/A. O PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONDER, no uso de suas atribuições legais prevista no inciso VIII do artigo 35 do Regimento do CONDER, c/c o artigo 78 do Decreto nº 12988/07;

Considerando o PARECER Nº 001/2017/SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONDER, favorável transferência do Incentivo Tributário, que independente da transcrição, passa a fazer parte deste.

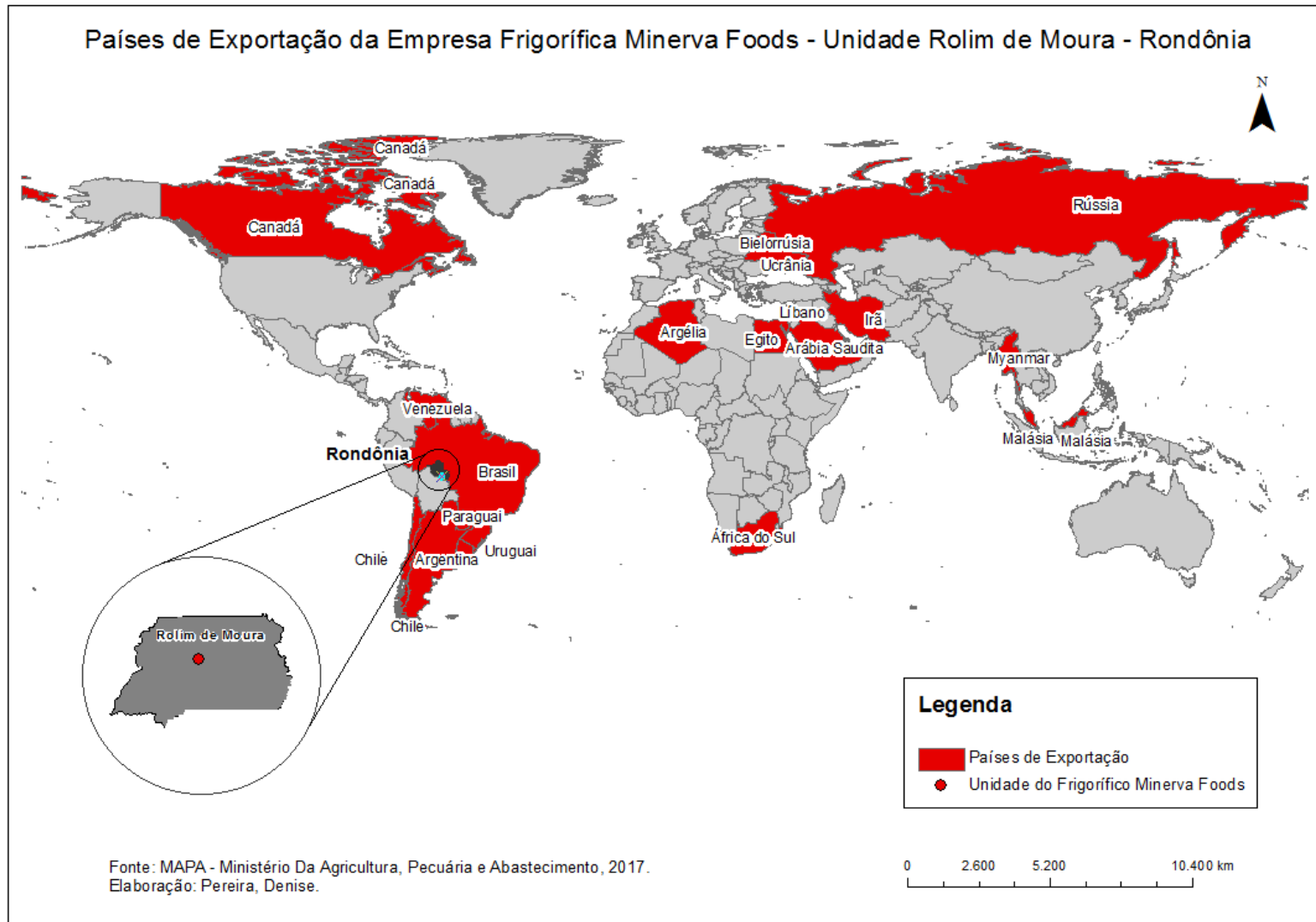
RESOLVE:

1) Aprovar Ad Referendum a Transferência de Titularidade do Incentivo Tributário, concedido através do Ato Concessório nº 066/2007/CONDER, para empresa MINERVA S/A, CNPJ nº 67.620.377/0074-70, Inscrição Estadual nº 484763-6, localizada no município de Rolim de Moura, a partir de 1º de setembro de 2017.

Dentro desse contexto, a unidade abate em média 950 animais por dia, e emprega 1.069 pessoas conforme o diário oficial, edição nº 82 de 2016.

A unidade de Rolim de Moura está habilitada a exportar carne bovina para os seguintes países: África do Sul, Argentina, Bielorrússia, Egito, Canadá, Rússia, Malásia, Arábia Saudita, Irã, Líbano, Paraguai, Ucrânia, Uruguai, Venezuela (Mapa 15).

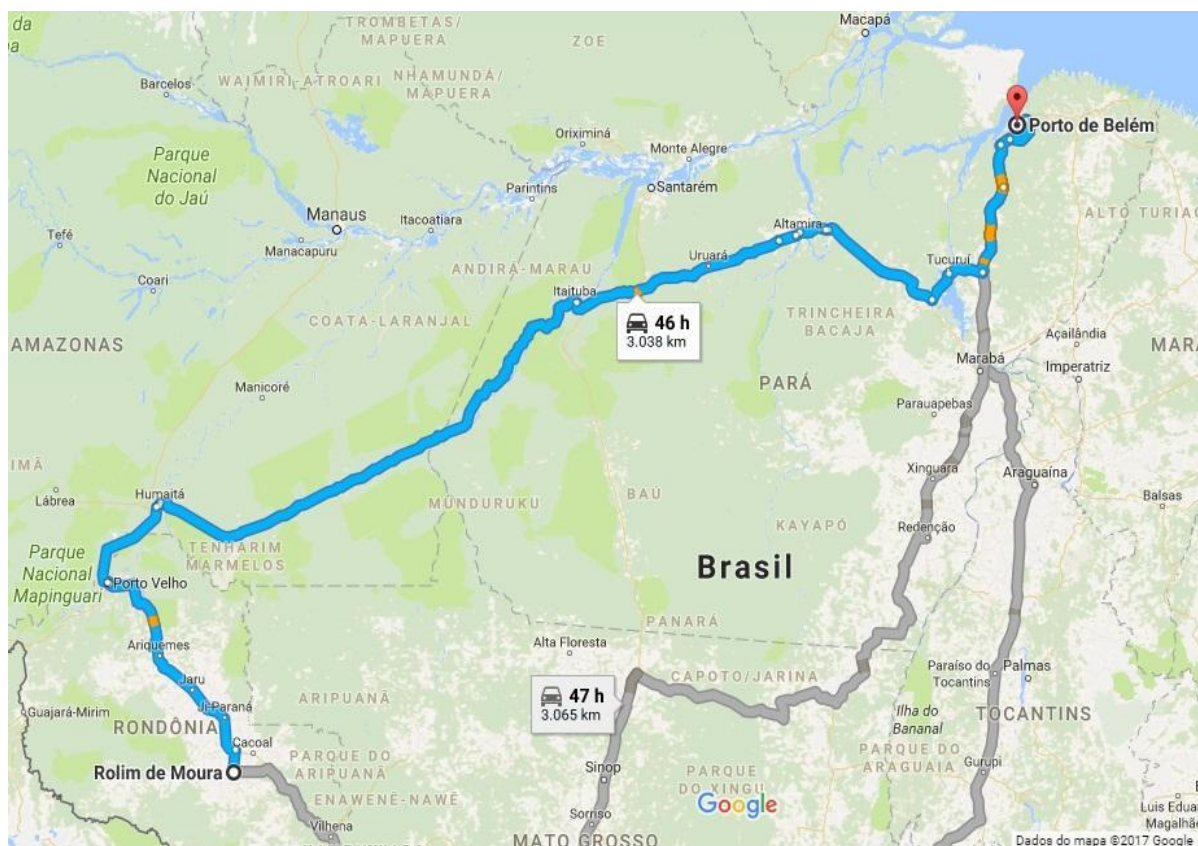
Mapa 15. Países de Exportação da unidade em Rolim de Moura da empresa frigorífica Minerva Foods (2017).



Desse modo, conforme Pereira (2015, p. 108) a pecuária moderna do gado de corte é exigente de uma logística que requer condições plenas de movimento e fluidez, desde o local de abate dos animais até os portos por onde a produção é escoada. Neste contexto, a empresa Minerva Foods mantém frota própria de 49 caminhões para transporte rodoviário em algumas regiões, além de balizar o frete pago a terceiros – contratados para atender a aproximadamente 94% do volume de cargas gerado pelas unidades industriais e centros de distribuição (Minerva Foods).

A exportação da carne de corte em Rondônia feita pelos principais frigoríficos, até o ano de 2015 eram de cunhos exclusivos aos portos de Manaus (AM), Paranaguá (PR) e Santos (SP) pelo minerva da unidade de Rolim de Moura, somente a partir desse ano que se passa a fazer também pelo porto de Belém (Mapa 13).

Mapa 16. Percurso realizado até o porto de Belém.



Fonte. Google Maps.

Essa nova rota de escoamento foi inaugurada a partir de um acordo entre o Governo do Estado, os frigoríficos Friboi, Minerva, Tangará e JBS do Estado de

Rondônia e as empresas de transporte Atlântica Matapi de Belém e CMA CGM da França. Desse modo tais frigoríficos iniciam a exportação também através da rota fluvial de Porto Velho, porto fluvial e marítimo do porto de Belém, em consoante o frigorífico minerva.

CAPÍTULO 4.

O AVANÇO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS E A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E CAMPO

4.1 A pecuária moderna e suas demandas produtivas

A modernização da pecuária paira principalmente nas etapas do processo de criação do animal que visa aumentar a produtividade do mesmo. É a partir dos anos 1990, no Brasil, que este setor passa a se estruturar com mais intensidade. Com processo de abertura comercial a desvalorização da moeda brasileira impulsionou as exportações de carne bovina e proporcionou o aumento dos investimentos nos agronegócios de exportação (OTÁVIO, 2007, p.53).

Processo este, que é comumente tido como uma reestruturação da agropecuária, que se dá com a introdução de ciência, tecnologia e informação, resultando um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária (ELIAS, 2005, p.4475). Este processo se desenrola com a estruturação de sistemas de objetos voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos econômicos, em que os fatores locacionais clássicos são redimensionados. Conforme Elias (2005, p.4475), ocorre uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando em diferentes arranjos produtivos, tanto no campo como nas cidades.

A partir disso, o setor pecuário passa a se estruturar para se tornar cada vez mais competitivo dentro de todos os aspectos que envolvem a racionalização do circuito espacial de produção pecuário exigido pela economia globalizada, dotando-se de tecnologias para a produção, na etapa do abate, no processamento e distribuição, na gestão, rastreabilidade e certificação, e ainda se dando a normatização por parte das instâncias governamentais para o meio ambiente e para fiscalização das questões

sanitárias. Esta disposição advém da necessidade de controle do processo produtivo agropecuário, onde, conforme Elias (2005), o não controle deste setor sempre representou um limite para a acumulação ampliada no setor, uma vez que o tempo de produção é comumente superior ao tempo de trabalho.

Para tanto, conforme Elias (2005, p. 4477) :

[...] as barreiras se encontram no fato do setor ser extremamente dependente dos fatores naturais (clima, relevo, solo, temperatura, topografia, etc.), sempre representou um limite para a acumulação ampliada no setor, uma vez que o tempo de produção é comumente superior ao tempo de trabalho.

Dessa forma, com a pecuária moderna as inserções técnicas, científicas e tecnológicas passam a subordinar, em parte, a própria natureza ao reproduzir artificialmente determinados bens para a produção agropecuária.

As inserções tecnológicas-científicas e informacionais buscam uma aproximação entre o seu processo produtivo e o funcionamento da indústria, parâmetro considerado ideal para se obter maior crescimento e acumulação (ELIAS, 2005, p. 2277).

Assim, as demandas do sistema produtivo pecuário situa-se no geral, e em Rolim de Moura em particular, em demandas tecnológicas no processo produtivo para do animal realizado pelo produtor e por todo o circuito que passa pela indústria e ultrapassa a escala local e regional alcançando as escalas nacional e internacional.

As demandas são para o sistema de manejo da pastagem, no qual as dificuldades estão no controle dos períodos de ocupação, de descanso e de taxa de lotação, e não a divisão das áreas com pastagens (EMBRAPA, 2014, P. 21), o que é dificultado com poucos hectares de terra.

Em Rolim de Moura, a situação atual é de uma quantia considerável de pastos degradados, questão essa que está ligada com a fertilidade do solo, que traz a demanda da reposição da fertilidade do mesmo por meio de adubações periódicas, porém esta é uma prática com custo alto que parece ser pouco viável para a região.

Conforme diagnóstico de pastagens da EMBRAPA, a região Norte está entre as regiões com maiores áreas de pastos degradados, e isto está diretamente relacionado com a pecuária mal manejada (Embrapa, 2014).

A demanda da pecuária leiteira no município é principalmente em relação à suplementação dos animais, muitos produtores não fazem suplementação volumosa industrial. O pasto é a base da alimentação. Em poucos casos utilizam cana-de-açúcar, silagem de milho ou sorgo, todos em pequenas quantidades. (SEBRAE, 2015).

Conforme o Sebrae (2015, p. 128):

A baixa frequência da suplementação volumosa com certeza se reflete na baixa produtividade do sistema de produção adotado. Embora chuvas sejam abundantes na região, a elevada sazonalidade da produção seria reduzida, caso houvesse maior uso de suplementação alimentar do rebanho.

Outra questão relacionada a pecuária de leite, é que há uma baixa utilização de inseminação artificial. É uma prática cara. E somente é possível para pequenos produtores através da Emater. Porém, no geral, muitos produtores têm dificuldades em confiar nos técnicos para iniciar a prática da inseminação artificial em seu rebanho. Outra questão ainda são as exigências no qual o produtor tem que adaptar o modo de fazer suas atividades, o que aparece como uma dificuldade. Já a pecuária de corte tem uma maior utilização da técnica porém, comparado a outros lugares, é pouca introduzida no município. Tal é realizada principalmente pelo setor privado. Não há uma prospecção de que a pecuária leiteira ao superar os aspectos destacados anteriormente, pode vir a se inserir em um circuito espacial produtivo voltado à exportação, é a visão dos laticínios na região.

4.2 A relação entre frigoríficos e produtores

A base do circuito produtivo da pecuária consiste na relação estabelecida entre o produtor e o frigorífico. Essa relação se dá de um modo complexo, no qual, de maneira geral, há interesses comuns entre os dois agentes. Porém, também acontece de forma muito conflituosa. Comumente, essas relações são estabelecidas numa dinâmica onde as negociações entre os produtores e frigoríficos não se dão de maneira fixa. Os dois agentes alternam seus fornecedores e clientes em busca das melhores condições de negociação (Pigatto et al, 2016, p. 2).

Nesse sentido, a relação entre frigorífico e o produtor se caracteriza principalmente pela compra e venda do gado. Conforme Pigatto et al (2016, p. 8):

[...] o pagamento representa um ponto importante, diretamente relacionado com a questão da credibilidade e confiança nas relações interpessoais no circuito produtivo. Uma vez que ocorra desconfiança quanto ao não cumprimento do pagamento ou insatisfação quanto a sua forma, as relações comerciais tornam-se tensas e conflituosas e adicionam mais risco e incerteza sobre um mercado, por si só, já sujeito a muitas oscilações.

Ademais, as relações estabelecidas entre os produtores e os frigoríficos em Rolim de Moura, durante o passar do tempo, tiveram muitos conflitos, causados principalmente pelos frigoríficos. Um dos casos é o do frigorífico Total S/A, antigo Margem, que só trocou o nome da empresa para conseguir se inserir no circuito produtivo, quando, em 2016, os pecuaristas e funcionários do Frigorífico reivindicavam em manifestações os pagamentos atrasados, pois os funcionários estavam com dois meses de atraso no salário e os produtores com mais de 200 mil reais para receber.

Conforme relato ao jornal:

“Está havendo atraso demais, eles marcam para um dia, para outro e nada, os pecuaristas precisam receber. A situação aqui é precária, se estão faltando com o pagamento até para os funcionários imagina como fica a situação de nós fornecedores. Tem um senhor aqui conosco que tem quase R\$ 200 mil reais para receber e apesar dos problemas de saúde que tem, passou a noite aqui conosco cobrando seus direitos. Faz dias que estamos enrolados com este frigorífico, tentamos contato até com a matriz lá em Mato Grosso mas não nos atendem” (Abril de 2016, Rolnews).

Nesse sentido, é clara uma relação de poder desigual onde o pecuarista confia na empresa frigorífica e esta age de acordo com interesses próprios, sem nenhum compromisso com a sociedade local.

No período recente da configuração do circuito produtivo espacial da agropecuária, os frigoríficos têm se adequado para atender principalmente a demandas internacionais, desse modo exigem cada vez mais a padronização específica do rebanho, porém ainda na região esta é uma característica que recém

iniciou. Dentro deste ponto, está ainda o manutenção contínuo da oferta necessária para que os frigoríficos sustentem os contratos internacionais. Existe uma maior dificuldade dos produtores em manter o rebanho no mesmo peso em períodos de seca, por exemplo, períodos onde o gado é mantido em confinamento e tratado com suplementos.

Assim, os frigoríficos tentam estabelecer padronizações que segundo Pigatto et al (2016, p. 2) os produtores não vêem como vantajosas, pois estes não têm incentivos para investirem na criação de um animal adequado e encontram barreiras para negociar com os frigoríficos.

Por conseguinte, nesse quadro Pigatto (2006, 7) elenca que:

Há ausência de contratos entre frigoríficos e pecuaristas, apesar de haver, em alguns casos, negociação freqüente entre o frigorífico e um grupo específico de pecuaristas. Contra o pecuarista, pesaria o elevado tempo de criação de um animal para abate, no mínimo 1,5 ano, e na posição adotada pelos pecuaristas, que muitas vezes preferem manter os animais no pasto, esperando preços melhores.

Outro fator importante na constituição da relação frigorífico e produtor são os mediadores, onde Pigatto et al (2006) apud Pigatto 2001, classifica três tipos sendo:

[...] os corretores exclusivos, que são escritórios ou pessoas que realizam a intermediação da compra dos animais para os frigoríficos. Trabalham para apenas um frigorífico e recebem comissão; os corretores não-exclusivos, diferenciam-se dos corretores exclusivos por trabalharem para mais de um frigorífico ao mesmo tempo; já os marchant adquirem os animais junto aos pecuaristas e vendem a carne para açougues ou distribuidores (PIGATTO et al 2006 apud PIGATTO, 2001, p. 9).

Muitos produtores preferem usar um mediador que eles já conhecem há um tempo. Mesmo não tendo confiabilidade na empresa frigorífica, esses intermediários podem ser tanto agente corretor, que não têm a posse econômica dos animais adquiridos, quanto intermediário comerciante, quando têm a posse econômica dos animais (PIGATTO et al 2006 apud PIGATTO, 2001, p. 11).

As vantagens para o produtor fazer negócio através de um intermediador está na garantia de pagar a vista, retirar o animal na propriedade e não precisar fechar em escala para vender o animal. Em contrapartida, as desvantagens repousam na venda por um preço abaixo do preço que os frigoríficos pagam. A venda direta ao frigorífico, sem intermediário, rende um preço melhor ao produtor, porém o não pagamento a vista arrisca a perda do animal, já que com a mesma rapidez que os frigoríficos se instalam no território também o deixam, migrando para outro local que lhe oferece melhores vantagens, e em muitos casos o frigorífico dá o famigerado calote. Há uma desconfiança por parte dos produtores em relação aos frigoríficos, pois o pagamento que não é feito a vista é determinado para ser feito no geral em 30 dias, situação na qual os produtores não concordam e fazem acusações de que os frigoríficos taxam os preços e os descontos pagos aos pecuaristas. Segundo eles esta forma de pagamento à prazo, só causa insegurança e reduz a liquidez da produção (Pigatto et al 2006 apud Pigatto 2001, p. 11).

Outra questão que paira sobre a relação produtor e frigorífico é em relação ao valor real que o frigorífico paga no animal, onde não condiz com o aproveitamento financeiro do mesmo. Pois, conforme é sabido, tudo se aproveita, mas somente é pago por uma parte da carcaça, a carne, e não pelos ossos, couro, cabeça, chifres, orelhas e etc. Assim, conforme Pigatto (2006) se o frigorífico só paga pela carne, poderia comprar boi amputado, sem orelha, cego, sem rabo.

Há ainda a instabilidade da permanência dos frigoríficos no território, em Rolim de Moura nos últimos 17 anos em torno de 7 empresas passaram pelas 3 plantas existentes no município, assim a constante abertura e fechamento em curtos espaços de tempo gera não só prejuízos ao frigorífico, mas também ao Estado que concede incentivos, ao setor de serviços voltado a pecuária e a sociedade local como um todo.

4.3 Rolim de Moura uma cidade do agronegócio globalizado

O estabelecimento das empresas frigoríficas e lacinias no território do Município de Rolim de Moura demandam um meio técnico-científico-informacional para o acontecer desse agronegócio, assim se estrutura na cidade toda uma rede de serviços para operacionalizar as demandas do campo moderno.

Podemos dizer que Rolim de Moura, dentro do seu contexto histórico de formação já surge como uma cidade que vai atender as demandas das atividades agrícolas e pecuárias.

Nesse sentido, um campo moderno requer a existência de toda uma estrutura de serviços, onde conforme Frederico (2011, p. 9):

Dentre estes serviços ofertados pelas cidades ao campo moderno destacam-se: a revenda de insumos químicos, mecânicos e biológicos; a prestação de consultorias agronômicas, logística, financeira e de mercado; o beneficiamento e processamento agroindustrial dos grãos; o armazenamento e transporte de insumos e produtos agrícolas; o fornecimento do crédito de investimento e custeio (via bancos e empresas privadas); e a comercialização dos grãos (via corretores e tradings).

Nessa perspectiva, as demandas do circuito agropecuário estabelecem e intensificam as relações cidade-campo por meio dos fluxos de mercadorias, pessoas, capitais e informação.

Conforme Elias (2012, p. 7):

Tais demandas incrementam o crescimento de uma série de atividades comerciais e de serviços especializados. Dessa forma, a difusão do agronegócio não apenas amplia e reorganiza a produção material (agropecuária e industrial), como é determinante para a expansão quantitativa e qualitativa do comércio e dos serviços, especialmente dos ramos associados ao circuito superior da economia agrária.

Campo e cidade estabelecem uma relação de interdependência, onde um é continuação do outro. A cidade se estrutura para oferecer o que o campo precisa para a realização das atividades produtivas. Segundo Santos (1997);

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços (...), o consumo produtivo tende a expandir-se e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (SANTOS, 1997, p. 74).

Desse modo, Rolim de Moura se apresenta com um campo e cidade que estão em um processo de estruturação (que vem se progredindo de maneira acelerada ao longo do anos) para atender as demandas das atividades agropecuárias, como os comércios, serviços e mão de obra especializada, tendo em 2015 a composição do PIB em que 15% de indústrias, 30,63% os serviços e 46,18% do comércio (Gráfico 4) .

Gráfico 4: Composição do PIB de Rolim de Moura em 2015.



Fonte: IBGE, 2015 - SEBRAE, 2017.

Em 2015 eram 1.126 empresas de comércios e 737 empresas na prestação de serviços e 10 instituições financeiras (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Sicoob, Banco da Amazônia, RolimCredi, Itaú e SICREDI). A cidade abriga várias empresas de assistência ao agronegócio, dentre elas as principais indústrias de processamento de ração são: a Jodan e a Nutrizon (Figuras 13 e 14).

Figura 13. Loja de venda de ração da indústria Jodan em Rolim de Moura.



Fonte: a autora, 2017.

Figura 14. Indústria de ração da empresa Nutrizon.



Fonte: Total alimentos insumos, 2016.

Encontram-se ainda na cidade as empresas que revendem produtos de diversas marcas. Uma delas é a empresa brasileira Matsuda, que atua principalmente com sementes para pastagem, nutrição animal, equipamentos agrícolas, saúde animal, inoculantes para silagem, e também as empresas Nutrisuda, Casa das Rações, Nutri Mais, Agrocentro (Figura 15), Agronissey, Agroboi (Figura 16), Agromais, Agropec, Boasafra, Agro Ingá, casa das rações, Agromo, Agropecuária Jaó, essas empresas

são revendedores de grandes marcas de produtos, como a tortuga, agrocria, a vitalis e bigsal sendo esta última indústria regional.

Figura 15. Agrocentro.



Fonte: Lista Rolim, 2017.

Figura 16. Agroboi



Fonte: Lista Rolim, 2017.

No que refere se às empresas de assistência de maquinários na cidade possui duas principais representantes a Massey Ferguson (Figura 17) e a John deere (Figura 18).

Figura 17. Empresa Massey Ferguson.



Fonte: Google street view.

Figura 18. Empresa John deere



Fonte: A autora, 2017.

Há ainda os cursos de formação voltados para atender o campo moderno, como medicina veterinária, agronomia e engenharia florestal que são ofertados pela Universidade Federal de Rondônia. Já as faculdades privadas oferecem cursos para o setor de serviços, instituições públicas e comércio, como administração, negócios imobiliários, direito, e etc. Também há cursos oferecidos pelo Instituto de biotecnologia e treinamento em reprodução animal (Biotran) de Alfenas-MG , que oferece cursos como: Transferência de Embriões em Bovinos, Andrologia e Criopreservação de Sêmen em Bovinos, Assistência Técnica em Reprodução de Bovinos e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, compreender as dinâmicas e lógicas que se desenvolvem no território brasileiro, a partir do contexto de expansão da fronteira agrícola na região Amazônica. Tendo como foco o território do município de Rolim de Moura, que teve sua formação a partir do projetos de colonização a partir de 1970, no qual a pesquisa propôs como um ponto de partida para a compreensão dos processos.

A partir dessa perspectiva, e considerando outras variáveis para entender as dinâmicas do território, podemos chegar ao objetivo da pesquisa, que foi o de verificar se Rolim de Moura se constitui como uma cidade do agronegócio, para tanto, analisando os usos do território desde a implantação dos projetos de colonização nos anos 1970, até o presente momento.

Os quatro capítulos desenvolvidos com os subtópicos traçaram uma linha de raciocínio que proporcionam trabalhar toda a complexidade que envolve os espaço geográfico que está imbricado ao mando e comando de diversos agentes, sendo os principais governo e as empresas.

Graças à análise das empresas frigoríficas, no atual período, foi possível verificar que é a partir dos usos do território feitos por elas que a cidade passa a se inserir numa lógica global, onde são ditadas normas e adequações à comunidade local que se relaciona diretamente com a produção de matéria prima para o frigorífico.

Assim, foi possível observar nessa pesquisa que na composição socioeconômica de Rolim de Moura destaca-se a produção de gado de corte e as atividades dos frigoríficos, na qual os pequenos produtores participam no geral da fase de cria e cria do animal e os fazendeiros e os proprietários de confinamentos é que tiram o maior lucro ao fazer a engorda e terminação e vender aos frigoríficos, que ao exportar para diversos países obtém um lucro ainda maior.

Foi possível compreender como a cidade de Rolim de Moura se desenvolve como uma cidade do agronegócio estabelecendo nas relações com o campo, bem como sua função na divisão territorial do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROPECUÁRIA RONDÔNIA – SEADE – Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/agropec_ro.pdf acessado em Novembro de 2017

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ro/rolim-de-moura/panorama> Acessado em: Setembro de 2017.

EMATER - Entidade autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. Disponível em: <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/tag/rolim-de-moura/#> Acessado em: Outubro de 2017.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: http://bi.agricultura.gov.br/reports/rwservlet?sigsif_cons&prod_aut_estab_bra_exp_pais.rdf&p_id_pais=&p_id_mercado_comum=&p_id_area=1&p_id_produto=&p_serial=598892672¶mform=no. Acessado em: outubro de 2017.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **I Plano Nacional de Desenvolvimento:1972-1974.** Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74 Acessado em novembro 2017

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **II Plano Nacional de Desenvolvimento : 1975-1979.** Disponível em <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/492> acessado em novembro de 2017.

Prefeitura de Rolim de Moura. Disponível em: <http://www.rolimdemoura.ro.gov.br/web/pag.php?pg=blog/views&id=332-hista-ria-e-informaa-a-es-sobre-o-munica-pio> Acessado em Novembro de 2017.

ARACRI, Luís Angelo dos Santos. **A difusão de inovações numa perspectiva crítica: práticas espaciais e a implantação da “agricultura de precisão” na microrregião de Canarana - MT.**São Paulo: Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. AGB, 2008.

BASSEGIO L; PERDIGÃO; F. **Migrantes amazônicos: Rondônia : a trajetória da ilusão.** Edições Loyola, 221 p. São Paulo, 1992.

BERNARDES, J. A. **Agricultura Moderna e Novos Espaços Urbanos no cerrado Brasileiro.** São Gonçalo: Revista Tamoios (Online) , v. 1, p. 2, 2007.

BERNARDES, J. A.; PEIXINHO, D. M. ; SCOPEL, I. ; MELO, N. A. . **A reestruturação espacial e a interação entre o local e o global - o exemplo da soja.** Goiânia: Boletim Goiano de Geografia,v 23, n.1, p. 83-112, 2003.

BINSZTOK, J; ERTHAL, Rui; TUBALDINI,M.A; DEUS,J.A.S.de; MACEDO,G.R; **Projetos Integrados de Colonização: paradigma da contra-reforma agrária promovida pelo regime militar nos anos 70 na Amazônia.** Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/CC/Projetos%20Integrados%20de%20Coloniza%E7%E3o.pdf>

BORCHE, M. I. A. F. **S.O acesso a terra e a justiça social em Rondônia: o caso do Território Zona da Mata.** .Porto Velho: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Universidade Federal de Rondônia, 2016.

BORELLI. D. L. et al. **DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA I. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira.** Estudos. av. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

CAVALCANTE, M. M. **Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: Estudo sobre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira/Rondônia/Brasil.** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, MG, 2008.

CASTILLO, R.;FREDERICO, S. **DINÂMICA REGIONAL E GLOBALIZAÇÃO: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro.** Fortaleza: Mercator (Online), v. 09, p. 17-26, 2010.

CASTILLO, R. A.;FREDERICO, S.; **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010

CASTILLO, R; ELIAS, D; PEIXINHO, D; BUHLER, E.A; PEQUENO, R; FREDERICO,S. **Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana.** Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege).p.265-288, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016.

CIM, Salvador. **O Processo Migratório de Ocupação no Estado de Rondônia – Visão Histórica.** Primeira Versão. Porto Velho, 2003

CUNHA, E.T. ; MOSER, L. M. **Os Projetos de Colonização em Rondônia.** Labirinto (UNIR) , v. 14, p. 124-151, 2010.

CURI, William José, Coord. **Estudo para o fortalecimento do setor madeireiro.** Porto Velho, Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO/SEBRAE, 2000.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 13, N.2, 2011.

ELIAS, Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil.** Scripta Nova (Barcelona), Barcelona / Espanha, v. 1, p. 59-81, 2006.

ELIAS, Denise. **Região de Ribeirão Preto: O Brasil agrícola moderno.** São Paulo: Revista GeoUsp.1997.

ELIAS, Denise. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo.** São Paulo: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP, 2005

ELIAS, Denise. **Relações Campo-Cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil.** In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica, Bogotá: Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.

FEARNSIDE, Philip Martin. **A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento.** Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989.

FREDERICO, Samuel. **As cidades do agronegócio na fronteira agrícola brasileira.** Presidente Prudente: Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, p. 5-23, 2011.

FREDERICO, Samuel. **Modernização da agricultura e dispersão do meio técnico científico informacional: o surgimento de cidades funcionais ao campo moderno nos fronts agrícolas.** São Paulo: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, pp. 1-25

FREDERICO, S. **As Cidades do Agronegócio na Fronteira Agrícola Moderna Brasileira.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes da Trindade. **A Política de colonização dirigida no Brasil : um estudo de caso, Rondônia.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, ano 46, n.2-4, p.393-423,1984.

LOCATEL, Celso Donizete. **Da Dicotomia Rural-Urbano à Urbanização do Território no Brasil.** Fortaleza: Mercator (Online), 2013.

LOUREIRO, B. P; **O Plano de Integração Nacional de 1970 e as rodovias na Amazônia: o caso da região amazônica na política de integração do território Nacional.** Universidade de São Paulo - USP , 2010.

MAIA, Mônica Bara **Rondônia: do leito do madeira às margens da BR-364.** Belo Horizonte: Instituto Bioterra, 2013.

MATEUS, Marcos Aparecido Atilés . **Agricultura familiar: estudo de caso da política do Programa de Aquisição de Alimento – PAA em duas associações**

rurais no município de Rolim de Moura - RO. Porto Velho: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIR, 2015.

Nas cinzas da Floresta. COWEL A; RIOS V. INGL/GO/SP. FILMES/CIT, 55min, 1987.

NUNES, Carla Cristiane. **Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações.** Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado em Educação, UFJF, 2009.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. **Lutas e memórias de trabalhadores no Setor Rolim de Moura e a produção historiográfica sobre Rondônia (1970-1980).** Brasília: XXIX Simpósio Nacional de História.2017.

PEQUENO, Renato; ELIAS, DENISE. **(Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio.** Niterói: GEOgraphia (UFF), v. 17, p. 10-39, 2015.

PEREIRA, MIRLEI FACHINI VICENTE. **A modernização recente da pecuária bovina em Rondônia.** Rio de Janeiro: Revista Geo UERJ, n. 26, 2015, p. 95-112.

PIGATTO, G; LUIZ L.D; SOUZA J.F. D. **Determinantes da relação comercial entre pecuarista e frigoríficos: o caso dos pecuaristas e frigoríficos da região de Tupã.** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

RABELLO, A. C; FERREIRA, L. F. **(RE)colonizando o sudoeste da Amazônia - Corumbiara/RO (1975-2005).** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

ROCHA, D. P; BACHA, C.J. **Madeira!** Revista de Agronegócios fgv, Agroanalysis, 2000. v.20 n. 12, 2000.

RODRIGUES, Márcio Heleno de Souza. **Avaliação de eficiência de produtores de leite utilizando de dados: o caso do município de Rolim de Moura no Estado de Rondônia.** Porto Velho: Dissertação de Mestrado em Administração, UNIR, 2010.

SANTOS, Henrique Faria dos; ALVES, Flamarion Dutra. **O meio técnico científico informacional nos estudos de Geografia Agrária: levantamento bibliográfico de trabalhos publicados em revistas eletrônicas brasileiras.** Vitória: Anais do VII CBG, 2014.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** - 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, MILTON. **Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico-científico informacional.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método.** Espaço e sociedade. Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no século XXI.** Editora Record. 474 p. São Paulo, 2001.

SILVA, Gerson Fernando da. **Modernização agropecuária e turismo de negócio em Goiás.** Dissertação de Mestrado - PUC Goiás, 2011.103 f.

SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir das décadas de 1970 e 1980,** Porto Velho: Dissertação de Mestrado em História, UNIR, 2015

SILVA, Maria Aparecida da. **Migração em Rolim de Moura e os interesses do Estado.** Porto Velho: Revista Labirinto – Ano XII, nº 16 – junho de 2012.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010.** São Paulo: USP, 2010.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Espaço, sociedade e natureza em Rondônia.** Belém: Revista GeoAmazônia, n. 2, v. 01, p. 144 - 165, jan./jun. 2014.

SILVA, J. R. ALEXANDRE, F. et. al. **Nordestinos e sulistas: as mediações do viver entre mundos em Rolim de Moura (RO)**1.Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.2, n.2, p.75-91, jul./dez. 2013.

Théry, Hervé. **Rondônia mutações de um Território federal na Amazônia Brasileira,**

VALVERDE, Orlando. **A organização do espaço na faixa da Transamazônica.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Rio de Janeiro : IBGE, p.260, 1979.

XAVIER, M. A. M.; MARCHI, Fabiano. **Política Energética e Novos Usos do Território: os círculos de cooperação e os circuitos espaciais de produção do etanol na América do Sul.** Anais do III Encontro de Iniciação Científica da Unila, Foz do Iguaçu, 2014.

Minerva e Bigsal, parceiros pela otimização dos resultados dos pecuaristas. Big Sal. Rolim de Moura. 6 jan. 2014.

Caldeira, J. P. Técnicos não podem ser responsabilizados por prejuízo em operação com frigorífico, diz AFBNDES. Jornal GGN. Julho. 2017.

CUT. Ex-funcionários do falido frigorífico Margem de Rolim de Moura protestam contra o Total S/A que está reabrindo. Jornal Rondoniagora, Out. 2015.

Frigorífico é condenado a pagar mais de R\$ 6,8 mi por dano moral coletivo em Rondônia. TRT14. in Agência de Notícias da Justiça do Trabalho. Maio, 2016. Disponível em: http://www.csjt.ius.br/web/anjt/inicio?p_p_id=101_INSTANCE_TtK8&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&_101_INSTANCE_TtK8_delta=10&_101_INSTANCE_TtK8_keywords=&_101_INSTANCE_TtK8_advancedSearch=false&_101_INSTANCE_TtK8_andOperator=true&cur=37 Acesso em: Novembro de 2017.

Rolim: Total S/A não cumpre acordos com pecuaristas, e funcionários estão sem receber. Jornal Rolnews, Rolim de Moura. Abril, 2016. Disponível em: <http://www.rolnews.com.br/noticia/rolim-total-s-a-nao-cumpre-acordos-com-pecuaristas-e-funcionarios-estao-sem-receber> Acesso em: Novembro de 2017.

Grupo Cassol Energia. Fazenda Bacurizal. Disponível em:<http://grupocassolenergia.com.br/new/bacurizal.php> Acesso em: Novembro de 2017.

MINERVA FOODS. A vocação Internacional da MINERVA FOODS. Disponível em: <http://sustentabilidade.minervafoods.com/sobre-a-minerva> Acesso em: Novembro de 2017.

MARFRIG Global Foods. Presença. Disponível em:<http://www.marfrig.com.br/#presenca> Acesso em: novembro de 2017.

Produção leiteira é incentivada com encadeamento produtivo em Rolim de Moura. Agência Sebrae de Notícias em Rondônia. Dez.2016. Disponível em:<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/producao-leiteira-e-incentivada-com-encadeamento-produtivo-em-rolim-de-moura-ro/> Acesso em: Novembro de 2016.

